



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 29 DE ABRIL DE 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

21073

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 1 DE 102

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento estão abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano de 2025, convocada para hoje, 29 de abril.

Esta audiência tem como objetivo debater Projeto de Lei 416/25, que dispõe sobre a revisão geral e anual e adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresidencial no Auditório Prestes Maia através do aplicativo Microsoft Teams e é transmitida, ao vivo, através da página Auditórios Online do site da Câmara Municipal e, também, pelos canais YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial Da Cidade* desde o dia 25/04/2025 e foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 25/04/2025, e *Folha de S.Paulo*, no dia 28/04/2025.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 24/04/2025, no endereço www.saopaulo.leg/audienciapublicavirtual.

Foram convidados para esta audiência a Sra. Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão. Bem-vinda, Secretária. O Sr. Luiz Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Subsecretário do Tesouro, Sr. Henrique de Castilho Pinto; está *on-line*. Bom dia, Henrique. O Sr. Clodoaldo Pelissioni, Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência, representado pela Secretário-adjunto de Planejamento e Eficiência, Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, que ainda não se manifestou se está *on-line*. O Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, representado pelo Secretário em Exercício Adjunto, Bruno Lopes Correia. Seja bem-vindo.

Então, neste momento, declaro abertas as inscrições para o público até rigorosamente às 11h da manhã.

Já temos a assessoria recepcionando as inscrições.

Pela ordem, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Presidente, eu queria, primeiro, dizer que uma audiência pública como essa não deveria estar sendo realizada neste plenário, que é pequeno e inseguro. Nós já vimos como é inseguro quando há manifestações que deveriam ser no plenário do Salão Nobre, onde cabem 300 pessoas.

Hoje, nós estamos numa situação especial. Há uma greve do funcionalismo público, há muita gente nas ruas e fazer uma audiência pública num plenário como este não é compatível com a Câmara Municipal de São Paulo. Não é democrático porque todas as pessoas não estão podendo entrar; além disso, mesmo sendo neste plenário, há cadeiras desocupadas.

Então, no mínimo – e, também, há cadeiras desocupadas aqui embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Vereadora.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – No mínimo, deveríamos esperar ocupar as cadeiras para iniciar audiência pública, mas já que foi imposto pela Câmara fazer a reposição, inclusive, há uma nota de protesto da Bancada do PT sobre isso. Nós do PSOL também estamos protestando sobre isso, mas enquanto não houver a ocupação das pessoas aqui, eu acho que a gente não deve começar a audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Houve uma restrição. A primeira audiência vai ser já.

- Manifestação do público: “libere a galeria”.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, a primeira sessão já está aberta e vai acontecer. Abri uma exceção para Vereadora Silva e não era o momento ainda de manifestação, porque mal tinha terminado a abertura...

Foi feito um acordo nesta manhã de que, na galeria, tivesse representantes de associações e sindicatos. Não é na galeria; é no plenário.

Então, eu queria ter um entendimento, Vereadora Luna Zarattini, Líder do PT, está conosco também, de que começássemos as falas. O tempo estabelecido é de 3 minutos, mas esses representantes que representam vocês que estão aqui - e tomamos o cuidado para que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 3 DE 102

nenhum sindicato e associação ficasse de fora - comessem com suas intervenções, no prazo de 5 minutos.

Discutir sobre a possibilidade de termos mais trabalhadores e trabalhadoras, na galeria, foi uma determinação do Presidente. Esta presidência, volto a dizer, que o máximo que conseguimos corrigir foi colocando o telão lá embaixo, um microfone para que vocês possam se pronunciar. Então, é a determinação que esta presidência toma para que haja audiência pública, uma vez que ela foi convocada e publicada.

Eu queria saber se já temos a lista com os representantes de sindicatos e associações. Foi trabalhada a possibilidade de doze, baseado numa lista que eu conversei com alguns dirigentes que contemplaria, então, os sindicatos e as associações.

Vereadora Keit (presente); Vereador Dheison Silva (presente).

Pois não, Vereadora Luna.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Presidente, a gente já vem falando da questão das galerias, do espaço. Eu acho que o único pedido que, enfim, a gente vai fazer uma ligação para o Presidente da Câmara sobre a liberação da galeria, porque a galeria tem espaços vazios que não estão sendo ocupados. (Palmas)

Então, é apenas essa reivindicação, porque sobre a questão do local, a gente já está aqui. Acho que todo mundo quer fazer o debate, quer iniciar a audiência.

E, também, pedir porque têm alguns sindicatos que ainda não entraram, por isso que eles não vão conseguir ainda fazer as falas. Então, para a gente conseguir organizar isso para começar bem a nossa audiência. Está um clima de muita dificuldade de entrada na Câmara. Isso é um problema. A gente está aqui para tentar garantir a participação dos sindicatos e da população.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – o que está ocorrendo é que a inspetoria sempre deixou claro que é por ordem de chegada.

Antes de abrir, eu comecei dizendo que, se houvesse distribuição de senha, e que nós identificássemos, obviamente, que prejudicaria. Eu ainda não tenho essa informação que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 4 DE 102

houve uma distribuição de senha anteriormente à ordem de chegada. Foi na ordem de chegada. Houve uma determinação do Presidente, ontem, que, obviamente, não concordei. Fizemos a nota da Bancada do PT e o PSOL também.

Eu faria uma consulta à GCM. Nós estamos fazendo, então, uma consulta ao Presidente com o Chefe da GCM. A gente suspende, por alguns minutos, para essa verificação. (Palmas)

Então, retomando. Nós temos, também, a presença do Vereador Toninho Vespoli; Vereador Eliseu Gabriel; Vereadora Keit Lima eu já havia falado; e Vereador Celso Giannazi e o Vereador Alessandro Guedes.

Então, retomando, houve o entendimento de mais 40 lugares.

Eu proponho, líder Luna, que as inscrições, ao invés de se encerrarem às 11h, encerrarem às 11h15.

No demais, eu havia consultado todos e todas se começaríamos as falas para os representantes de sindicatos e associações. A Elaine já está organizando a lista da ordem dos dirigentes. Então, pela regra, sempre trabalhamos com três minutos. Criaríamos uma exceção para que cada representante de sindicatos e associações possam falar por cinco minutos, uma vez, podendo contemplar outras falas, porque temos, de forma on-line, 87 inscrições e 16 contemplando os que estão na galeria, considerando que, conforme vão chegando, vou anunciando que as inscrições continuam abertas.

Então, estamos no aguardo da lista. Elaine, se puder me dar o primeiro nome, independente de fechar a lista, anuncio para usar a tribuna por cinco minutos.

Pelo tempo de cinco minutos, vamos ouvir, primeiro, o governo. Bem lembrado, Vereador Claudio Fonseca. Estamos habituados a ouvir exposições. Como eles não têm exposições... começo pela Secretária Municipal de Gestão Marcela Arruda.

Vou pedir, seja ouvindo o governo, vamos fazer um acordo de ouro de nunca interromper o orador. Ao final, vocês têm todo o direito de se manifestar, ao final de cada fala. Podemos fazer esse combinado? (Pausa)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 5 DE 102

Então, vamos ouvir a Sra. Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Sr. Presidente, bom dia. Obrigada pela oportunidade.

Estamos aqui hoje para darmos continuidade aos debates que esta Câmara já iniciou, porque já houve a primeira votação. Para ouvir, fico à disposição para falar, também, após as falas dos sindicatos que estão aqui representados a quem cumprimento.

Tivemos uma sequência de recepção dos sindicatos na Secretaria de Gestão e, também, na Secretaria de Educação, dado as categorias diferentes. Ora representados pelo Fórum das entidades, ora representados pela junção dos sindicatos da educação.

A Secretaria de Gestão centralizou mais o tema na parte geral do Fórum das entidades e, com algum esforço, conseguimos dar atendimento de um pleito de dois sindicatos ainda que não na proporção inicial requisitada; os percentuais deste ano foram diferenciados da requisição, mas o que conseguimos atender foi a continuidade da quebra dos 25 anos do 0,01%, entendendo que ainda há uma discussão de temas que podemos compreender e ouvi-los.

Estou à disposição para o retorno à fala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Obrigado, Secretária.

Nós passamos, agora, para as considerações do Sr. Henrique Castilho Pinto, representado o Secretário da Fazenda.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Bom dia, Sr. Presidente; Srs. Vereadores; demais participantes da nossa audiência pública.

Represento, nesta audiência, o Secretário Municipal da Fazenda. Sou Subsecretário do Tesouro Municipal. Acompanhei a gestão desse projeto na administração municipal.

Como a Secretária Marcela disse, é uma mudança de paradigma que tivemos nos últimos anos, com uma revisão geral anual após décadas sem qualquer iniciativa relativamente robusta nesses termos.

Estou aqui, também, para eventuais dúvidas ou comentários a respeito dos impactos fiscais dessa alteração. Acho que, como a Marcela disse, é um exercício daquilo que é possível dentro do orçamento municipal. Foi um exercício muito bem feito. Isso temos que parabenizar a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 6 DE 102

equipe da gestão.

Por certo, os servidores sempre têm o desejo – que acho legítimo – de alteração do projeto, mas, de fato, a gente entende que esse projeto é razoável sob o aspecto fiscal e possível também, além de representar a quebra de paradigma de 25 anos com 0,01%.

Fico à disposição até o final da audiência para esclarecimentos no âmbito da Secretaria da Fazenda que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Henrique.

Agora, representando o Secretário de Planejamento e Eficiência, Vicente Calvo.

O SR. VICENTE AFFONSO OLIVEIRA CALVO – Bom dia a todos; ao Sr. Presidente, aos Parlamentares presentes e aos participantes da audiência.

Como já colocado, estou representando o Secretário Clodoaldo da recém-criada Secretaria de Planejamento e Eficiência que abarca as atividades referentes ao planejamento orçamentário do município.

Para o que precisarem, estou à disposição também para considerações, esclarecimentos e eventuais encaminhamentos que se façam necessários.

Obrigado.

Uma boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vicente.

Agora, o atual Secretário da Educação em exercício Bruno Lopes Correia.

O SR. BRUNO LOPES CORREIA - Bom dia a todos e todas; quero cumprimentar a galeria, representando a categoria dos professores, quadro de apoio e gestores; a cada um dos dirigentes sindicais; o Presidente e toda a Casa Legislativa; os meus demais colegas Secretários.

Quero dizer que a educação lembra todos os dias os professores. Nós temos um trabalho incansável nos últimos quatro anos. O Secretário Fernando Padula e o Prefeito Ricardo Nunes de atuarem na educação, buscando o melhor para cada uma das escolas, para as nossas mais de 4 mil unidades e mais de 1 milhão de estudantes atendidos.

Evidentemente, nós sempre vamos respeitar cada um de vocês porque fazem a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 7 DE 102

educação no chão da escola, e, evidentemente, a Secretaria Municipal de Educação tenta com todas as diretorias regionais, coordenadorias, enfim, todo mundo que está no chão da escola, promover essa educação de qualidade e para quem mais precisa.

O que nós estamos vivendo nos últimos anos é um processo de valorização, sobretudo, da atratividade da carreira com um aumento de 44% nos pisos iniciais e, também, na medida do possível fiscal, o valor do RGA e dos demais reajustes, dos aposentados e dos demais ativos.

Evidentemente, como o Secretário Municipal de Educação e como o Prefeito, ninguém deseja fazer um valor que seja não condizente com a realidade. Primeiro porque se busca a valorização dos profissionais e a garantia – cada vez que temos uma mudança no chão da escola, alguém sai da carreira pública, isso dificulta porque precisamos fazer mais concurso público, atrair novamente, formar todo mundo e criar um novo grupo no chão da escola. Não é bom. Então, por mais que façamos os concursos, hoje, já são mais de 15 mil concursados para dentro da casa, evidentemente, ainda precisamos de mais concurso, mas, sobretudo, manter a valorização constante desses profissionais.

Nem sempre é possível fiscalmente a manutenção dos valores que são, como o Subsecretário Henrique falou, no desejo de cada um de nós que somos servidores – como eu também sou um servidor -, mas é a responsabilidade e é o possível.

Então, coloco-me à disposição para ouvir cada uma das manifestações e continuar o debate ao longo da manhã.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Bruno. Anuncio a presença do Vereador Isac Félix e do Vereador João Ananias, que é membro da Comissão de Administração, que, digamos, é a comissão temática desse PL.

Ouvimos as considerações do governo...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem, Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Primeiro, Presidente, queria parabenizar V.Exa. pela condução, por conseguir colocar mais pessoas, que estavam lá fora, aqui dentro. Mas eu não poderia deixar de falar que eu nunca vi isso na Câmara Municipal. A gente está começando uma audiência pública onde a Casa do Povo não é do povo, porque nós sempre fizemos a plenária no oitavo andar, com auditório cheio, e aqui nós estamos restringindo as pessoas de entrar. Mas, mesmo, assim quero parabenizá-lo pela condução.

O que eu queria falar, Presidente, é que eu não estou contente com o projeto, mas eu posso ser convencido a mudar de opinião. Eu estou entendendo que esta vai ser a única audiência pública, certo? Não vai ter outra. E as pessoas, de agora em diante, vão falar e depois o governo vai se pronunciar, um pouco, pela fala das pessoas. E, dessa forma, não vai ter aqui uma discussão mais técnica, por parte do governo, para mostrar que pelas finanças da Prefeitura só é possível dar o 2,6%.

Aí, eu tenho medo desta audiência acabar não tendo nenhuma efetividade na prática, porque o governo vai dar depois as respostas para as pessoas. Eu queria ver aqui, primeiro, uma exposição do governo para mostrar as finanças da Prefeitura, qual o impacto dos servidores na receita corrente de líquida e uma série de coisas, que aí dá para fazer o debate. Agora, sem o governo apresentar como estão as finanças da Prefeitura, eu vou fazer o debate em cima do quê? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK, Vereador Toninho Vespoli. Vamos ouvir, então, as associações, os sindicatos.

O primeiro inscrito é o Claudio Fonseca, do Sinpeem, por cinco minutos, e depois o Ernane, da Associação dos Contadores.

Está presente a Vereadora Luana Alves, a representação está espetacular, e o Vereador João Ananias.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Presidente. Gostaria de me inscrever no momento correto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não havia anunciado V.Exa.?

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 9 DE 102

A SRA. LUANA ALVES - Gostaria de me inscrever no momento que for pertinente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A gente tem uma tradição aqui de, primeiro, ouvir os representantes e os Vereadores vão se inscrevendo, conforme digamos a necessidade. Eu só preciso que alguém me ajude a organizar a lista dos Vereadores.

A SRA. LUANA ALVES - Irei ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK. Vamos lá, Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, Sra. Secretária de Gestão, Sr. Secretário de Educação, demais representantes do governo, que falaram *on-line*, Sras. e Srs. Vereadores presentes nesta sessão, público presente, pessoal da galeria, profissionais de educação e demais servidores públicos; nós estamos nesta audiência pública para debater e apresentar inclusive sugestões, encaminhamentos em relação ao projeto de lei 416, encaminhado pelo Executivo Municipal, no dia 9 de abril, agora, momento em que nós estávamos na expectativa, no aguardo de finalizar ou de que transcorresse o processo negocial com o governo.

Diga-se de passagem, como a Secretária disse, nós tivemos algumas reuniões, mas a última que nós realizamos na Secretaria de Gestão, a Secretária-Adjunta disse que ainda não havia concluído o cálculo de impacto para apresentar resposta à pauta de reivindicações dos sindicatos. Também estivemos na Secretaria Municipal de Educação, não para discutir exatamente matéria relativa a salário, porque ficou convencionado que as questões relacionadas a salário, a discussão seria com a Secretaria de Gestão e as questões relacionadas à organização do ensino, à questão curricular, a processo de escolha e atribuição, direitos funcionais dos profissionais de educação com a Secretaria Municipal de Educação.

E é verdade que nós lá estivemos, porque a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei de 18.221 que altera o regramento em relação aos profissionais de educação readaptados, em especial as professoras, determinando que a professora readaptada tenha a suspensão da sua jornada especial integral de trabalho, o que implica numa redução de 33% no seu salário,

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 10 DE 102

durante o período de readaptação.

O mesmo foi determinado a uma professora que tem uma licença médica de 30 dias, imagine vocês, adoeceu, tirou licença médica e ela tem um corte de 33% no seu salário. Ninguém admitiria isso. Nem os Vereadores, nem qualquer assessor da Câmara Municipal, nem qualquer secretário municipal de educação admitiria que num processo, no momento de maior vulnerabilidade, a pessoa perca 33% do seu salário.

No entanto, a lei foi votada na Câmara Municipal e nós estivemos na Secretaria de Educação, porque tem uma instrução normativa para dispor sobre a aplicação da lei, debatendo esse assunto e aguardávamos na Secretaria Municipal de Educação uma outra reunião, que foi marcada para o dia 15 de abril. No entanto, no dia 9 de abril, sem nenhum anúncio, diga-se de passagem, no momento que inclusive estávamos nessa expectativa de ter reunião com o retorno à nossa pauta de reivindicações, o projeto foi encaminhado à Câmara Municipal. Foi uma situação inédita, porque o projeto de lei dispõe sobre o reajustamento de 2,60%, a partir de 1º de maio de 2025; e 2,55, a partir de 1º de maio de 2026. Concretamente, o que se tem de reajuste é 2,6%, agora no ano de 2025, e 2,55%, em 2026. O que a pessoa terá no seu salário e que vai contar para as suas despesas é 2,6% a mais deste ano, somente.

O representante da Secretaria, Henrique, disse: nós mudamos o paradigma daquela política de 0,01%, mudança de paradigma de fato seria se o governo adotasse uma política de que nunca um servidor público vai ter reajuste inferior à inflação, quando se teve uma evolução das receitas correntes. (Palmas) Inclusive aquelas que foram realizadas de 2020 para cá, nós tivemos uma evolução de 59% das receitas da Prefeitura do Município de São Paulo, ou seja, uma evolução nas receitas superior à inflação.

O Presidente da Comissão sabe muito bem, porque é da Comissão de Finanças, analisa os números e sabe que essa evolução é concreta. Governos têm prioridades e nós percebemos que a prioridade não tem sido a valorização remuneratória dos servidores públicos para assegurar que pelo menos o índice de inflação seja aplicado anualmente.

Isso não é uma provocação, porque eu respeito as organizações e quero aproveitar

para cumprimentar o Sindilegis, que é o sindicato representante do Legislativo, que tem conseguido convencer os Vereadores a nunca aprovar reajuste inferior à inflação. O que justifica que a Câmara Municipal tenha, e é direito ter, 5,06%, como teve nos anos anteriores, índice igual à inflação, e os servidores públicos, índice menor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Os Vereadores agem corretamente ao aplicar o índice de inflação para os funcionários da Câmara Municipal. O que nós apelamos aqui é que faça o mesmo com os servidores do Executivo, o pessoal da saúde, o pessoal da educação, o pessoal das diversas secretarias. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Sr. Presidente, o que nós estamos demandando neste momento e apresentamos num documento, que está inclusive nas mãos dos Vereadores, o que os representantes da Coeduc, que é uma Coordenação de Entidades Sindicais Específicas da Educação, têm apresentado, apresentaram ao Executivo e também ao Legislativo e neste momento nós apelamos para que seja corrigido o projeto de lei que está aqui.

A audiência pública se propõe a isso, ouvir e alterar, modificar dentro dos parâmetros que são compatíveis com o orçamento, sim, mas nós entendemos que é compatível, que é possível, que há receita disponível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Nós demandamos reajuste anual com o índice nunca inferior à inflação acumulada nos 12 meses, reposição de perdas e aumento real de salário, incorporação, no caso dos profissionais de educação, dos abonos que foram utilizados para se chegar ao piso salarial de diretor, de coordenador, de supervisor, de agente escolar, de auxiliar técnico de educação, dos professores nas três categorias: de nível médio, licenciatura curta e licenciatura plena.

Pela primeira vez, o projeto de lei, ao fazer a atualização do piso salarial, nos termos que determina a Lei 14.660, não reajusta o piso dos docentes que têm nível superior e aqueles

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 12 DE 102

que têm licenciatura curta, que só tem cinco, e o índice de atualização do piso somente para a categoria 1, que é o professor do ensino médio, bem residual no ensino municipal. É um desprestígio para a cidade de São Paulo não reconhecer que a formação mínima necessária para se exercer o magistério é a licenciatura plena.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, para mim, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Valorizar o nível médio, todos têm que ser valorizados, mas há uma distorção na proposta que o governo encaminhou que acaba criando problemas enormes para que nós possamos ter os profissionais de educação como um todo valorizados.

E, por fim, é uma matéria que não é própria desse projeto, mas nós tivemos nos últimos anos mudanças no regime previdenciário, no qual os nossos aposentados passaram a contribuir com 14% sobre os valores que ultrapassam o teto do salário mínimo. Isso é um confisco previdenciário e nós também tivemos um aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14%.

Nas nossas pautas, o fim do confisco previdenciário, para que nós possamos atenuar as dificuldades financeiras para manutenção da vida já na idade bem avançada dos nossos aposentados, que contribuem com 14%, e se contribuem com imposto de renda, são retirados quase 40% dos seus rendimentos mês a mês. É matéria que está em discussão no Superior Tribunal Federal, mas a Prefeitura de São Paulo também pode fazer gesto no sentido de compensar esse confisco, bem como reduzir a alíquota de 14 para 11% para todos os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA - Essa é uma demanda das entidades que compõem com a Coeduc. Creio que todos os servidores públicos concordam na medida que nenhum teve reajuste, pelo menos, igual à inflação, e parcelar 2,60; 2,55, essa soma não se realiza. Conforme foi anunciado que está se dando 5,20%, 2% de reajuste para os servidores, não procede, não é verdade, é 2,6 abaixo da inflação. E a mudança de paradigma seria na verdade ter uma política salarial que valorize, que recupere, que invista, que valorize os servidores públicos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA - O projeto que está aqui não atende às reivindicações dos profissionais de educação, por isso a greve que decretamos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA - E para finalizar, Secretário, pela primeira vez também a Prefeitura de São Paulo levou a discussão, que é administrativa, que é política, para a Justiça, pedindo que a Justiça comum instale dissídio coletivo de greve com a pretensão, na verdade, de judicializar e de condenar um dispositivo legal de reconhecimento do direito dos trabalhadores paralisarem as suas atividades para poder demandar os seus direitos, as suas reivindicações. Pediu mais, não só para considerar a greve abusiva, mas para aplicar multas e agora pede para agravar a multa de 100 mil reais por dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Claudio Fonseca, dez minutos! Eu tolerarei...

O SR. CLAUDIO FONSECA - Presidente, o senhor sabe que eu não tenho nenhuma vontade de desrespeitá-lo. O que o senhor fala para mim é praticamente uma ordem e eu já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É uma aula, Professor, mas já estamos...

O SR. CLAUDIO FONSECA - Para terminar a minha intervenção aqui, quero agradecer o tempo concedido e o fato de ter extrapolado. Peço para o pessoal da galeria, quebrando um pouco o decoro, uma salva de palmas à greve dos servidores públicos municipais.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Professor Claudio Fonseca.

Aos que entraram na galeria agora, as inscrições estão abertas até 11h20. Quem está coletando as inscrições lá em cima?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – OK. Então, até as 11h20. Aos que chegaram agora, as inscrições continuam abertas.

Eu passo imediatamente a palavra para o Ernane, da Associação dos Contadores,

por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Jair Tatto. Cumprimento também o Executivo, na pessoa da Secretária Marcela Arruda. Cumprimento todos os colegas servidores da galeria e todos os colegas representantes de sindicatos e associações, no plenário.

Sr. Presidente, eu fico muito satisfeito em poder usar esta tribuna para falar de questões orçamentária e financeira, até em razão da minha carreira. É importante trazer números, evidentemente, e eu trago alguns aqui. Em 2024, o orçamento inicial da Prefeitura foi de 111,8 bi. Para 2025, esse orçamento foi para 125,6 bi, ou seja, um aumento de 12,34%. Tem um detalhe importante, senhores, que eu trago ao conhecimento de vocês. O orçamento aprovado inicialmente é atualizado no curso do exercício em razão do quê? Em razão do aumento de arrecadação e de superávit, que são economias de exercício anteriores. Então esse orçamento de 2025, certamente, vai superar e muito 125,6 bi.

Outra questão também que eu acho relevante, sobretudo nessa Comissão de Finanças e Orçamento, diz respeito à questão da inflação. A inflação dos últimos 12 meses foi de 5,48%, salvo engano. O IPCA acumulado deste ano, de 2025, salvo engano foi de 2,04%. Veja, nós estamos em abril, já estamos acumulando um IPCA de 2,04%. Eu acho que isso é importante.

Outra questão importante, e aí eu peço uma atenção especial para o Sr. Presidente desta Comissão e aos demais membros que é o seguinte, não esquecemos de que no ano passado o RGA foi correspondente a 10 meses, não foi de 12 meses. É muito importante que se traga também essa informação.

Outro ponto também que eu gostaria de compartilhar com todos é em relação à despesa com pessoal. Esse é um ponto muito importante, porque é um regramento da Lei 101, que nós conhecemos, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Executivo Municipal tem uma folga e uma margem muito grande, porque o nosso índice, de acordo com a lei, eu digo em relação à receita corrente líquida, não em relação ao orçamento total, apenas em relação à receita corrente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 16

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 15 DE 102

líquida. Pois bem, no ano passado, o comprometimento do salário dos servidores do Executivo foi de aproximadamente 28% da receita corrente líquida. Ora, a lei diz que o limite prudencial é de 51,30% e o limite máximo é de 54% de comprometimento da folha de pagamento em relação à receita corrente líquida.

Por isso eu digo, repito, que há, sim, margem com responsabilidade fiscal para melhorar essa proposta, sem dúvida nenhuma. Há margem também orçamentária. Eu trouxe os números. O orçamento, repito, aumentou originariamente em 12,34%. E insisto, no final do ano, quando esse orçamento for atualizado, certamente esse aumento será muito mais significativo.

Outra questão também que eu gostaria de deixar registrada é que, de fato, rompeu-se um ciclo nefasto - isso é do nosso conhecimento - de décadas, como já foi dito, do 0,01%. Isso foi rompido, sem dúvida nenhuma, já estamos caminhando para o terceiro ano com esse rompimento, mas isso não é suficiente. O professor Claudio disse, com muita propriedade, a gente tem direito, inclusive constitucional, de minimamente ter uma reposição inflacionária. E pelos números que trago aqui, que são públicos, não estou inventando números. Certamente, esta comissão também tem esses números, assim como os demais membros do Parlamento. E esse índice de 2,60% em maio está muito próximo da inflação acumulada de 4 meses, desse ano, isso é muito sério, senhores e senhoras, muito sério.

Já estou caminhando, aliás, já deu o meu tempo, eu não sei quem está presidindo, é o Vereador Riva. Então, já estou concluindo.

Então, assim, precisamos ficar atentos a essas questões: qual será a inflação ao final do ano; e nós vamos ter, segundo o PL, uma revisão geral anual para este ano de 2,60%.

Muito obrigado pela atenção de todos.

(Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sr. Ernane, da Associação dos Contadores. A próxima inscrita, Sra. Andrea Aidar da Aprofem.

A SRA. ANDREA AIDAR - Bom dia a todos. Eu cumprimento a Mesa, a todos aqui

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 16 DE 102

presentes, todos os que estão *online* e também na frente da Câmara Municipal. Com a proteção divina, eu quero iniciar a minha fala, parabenizando e honrando o serviço público que, de fato, atende a ponta, que, de fato, faz acontecer a vida das pessoas lá fora. Estamos todos aqui, sem distinção, vivendo no mesmo mundo, no mesmo Planeta. Eu imagino, claro, que cada qual com condições diferentes de vida, de sobrevivência. E por falar em sobrevivência, essa é a palavra que mais descreve o que o servidor público vive hoje: ele sobrevive graças, e até mesmo ao descaso, ao desvalor da sua atuação. Então, quando se diz que diálogos são sucessivamente realizados, eu digo que esses diálogos são truncados, não são efetivos. Quando se diz que existe a valorização do servidor, eu questiono porque, se fôssemos, não precisaríamos estar aqui dizendo o óbvio. E também eu nunca vi parcelamento, carnê para reposição inflacionária, meu Deus do céu! (Palmas). É inadmissível imaginar que possamos receber uma parcela, um fragmento de uma reposição e poder viver a vida dessa forma, porque lá fora, de repente, eu posso pedir: olha, deixa eu pagar uma parte desse preço do azeite hoje, para não precisar colocar um óleo de soja na minha comida, e no mês que vem, o ano que vem, eu pago outra metade dessa inflação.

Então, vamos lá, não vou repetir o que já foi dito, com muita propriedade, pelos que me antecederam. O Ernane trouxe números, o que já é suficiente para dizer que tem orçamento para valorizar o servidor que está na ponta, como braço do Governo, Governo que não nos têm reconhecido.

Eu vou fazer um adendo: nesta Casa eu já recebi premiação como professora, já recebi homenagem como membro diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mas também recebi o título de vagabunda e drogada! (Palmas). Isso é inadmissível, porque se vamos para o serviço público, algo muito maior dentro de nós nos moveu. Nós estamos a serviço da vida, nós atendemos população carente, onde muitos dos que se sentem grandes não chegam. Então o que quero dizer é que estar a serviço da vida, estar a serviço do povo, não depende de estar com a caneta ou com a vassoura na mão. Gente, temos o mesmo valor, cada qual na sua função e isso deve ser reconhecido. (Palmas). Há um desvio, muitas vezes, e assistindo

socialmente, na verdade, é o caráter naquilo que se propõe a fazer.

Então, é importante que isso seja reconhecido porque a fatura vai chegar, e independentemente de quem esteja aqui, em cargos maiores, menores em que esteja, e não que seja, uma hora vai precisar de serviço público. Olha aí o que aconteceu com a pandemia, foi sem distinção. Se eu for atropelada na rua, eu não vou para o hospital do meu convênio, eu vou ser atendida pelo serviço público. Então a fatura chega, a vida dá o troco.

Outra coisa importante, quero registrar nesta Casa Legislativa, em seus anais, sobre a Aprofem. Eu não me apresentei no início, Presidente, eu sou Andrea Aidar, da Aprofem, que historicamente sempre foi contra a remuneração por subsídio; a favor das carreiras; da valorização; porque se estamos aqui, nós vencemos um concurso público, com muita honra, com muita dedicação, com muito estudo e capacidade. (Palmas). Não há de se falar em impacto fiscal, não há de se falar em diálogo de fato, porque o diálogo promove reações e temos visto que essas reações estão muito distorcidas.

Mas não vou tirar o tempo dos próximos colegas. De fato, é o seguinte: aposentados sendo castigados, adoecimentos, pessoas doentes sendo castigadas; parcelamento de inflação, que é inadmissível. Que vocês pensem com carinho sobre a possibilidade de antecipar o valor cheio para maio agora, vocês não vão estar fazendo nenhum favor, mas vão estar permitindo que a comida continue a chegar na mesa de todos.

Enfim, a JEIF, que castigo um professor perder a JEIF, um profissional já readaptado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Para concluir.

A SRA. ANDREA AIDAR - Sim, eu vou concluir, muito embora eu poderia pedir mais 5 minutos, porque temos direitos iguais. Aqui é a Casa do Povo, somos todos iguais, independentemente... (Palmas). Eu estou sendo sucinta e educada, pontuando unicamente a valorização de todos que estão aqui, que tem o seu devido valor, inclusive você. Mas vocês precisam mostrar que esse valor, na prática, chegue até nós, que nós não somos o mal social que vocês tentam plantar, muito pelo contrário. E a comunidade é inteligente o suficiente para saber que lá na ponta quem está à disposição, seja nas escolas, seja nos hospitais, nas ruas,

somos nós, e que se nós fossemos nada lúcidos, e simplesmente negligenciássemos a nossa função, como nós vemos o quanto nos negligenciam, talvez nenhum de nós saíssemos daqui com segurança. Então, lembremos, lá fora a vida continua e nós fazemos parte dessa vida. E se aqui, esta Casa do Povo, que foi eleita para fazer o melhor pelo povo, não valoriza quem, de fato, faz pelo povo, eu pergunto: para onde caminharemos? A conta vai chegar, não só para nós.

Obrigada.

(Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. A próxima escrita é a Sra. Márcia de Oliveira, da Adam.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas; bom dia, Vereador Riva que, neste momento, está coordenando. Ao início, eu cumprimento a todos os presentes, à Secretária Marcela. Fico muito contente de ver Vereadoras, é sempre muito bom falar com mulheres, isso sempre me engrandece. Ser presidente de uma entidade associativa é muito difícil no mundo masculino, e aqui olhar mulheres me acolhe, agradeço.

Primeiro, eu queria falar uma coisa: greve é um direito constitucional, greve não é uma permissão, é um direito conquistado com muita luta de muita gente, de muitas pessoas, e esse direito tem de ser prevalecido. É muito triste quando se vê numa Casa, como esta, que é a Casa do Povo, os servidores serem desrespeitados, chamados de vagabundos. Não é legal para ninguém ter posições, independentemente de suas posições, porque a primeira coisa que se deve provocar é respeito, e respeito de ambas as partes. Então, da mesma maneira que avançamos ou não avançamos, a Casa tem de dar o exemplo. E que nem professor, o professor tem de dar o exemplo. Esta Casa tem de dar o exemplo, a vereança tem de dar o exemplo para todos. Então, neste ponto, eu só queria registrar isso, para então fazer a minha fala.

Chamar os servidores de vagabundos, não é verdade. Nós somos de excelência, sabe por que nós somos de excelência? Porque nós fazemos as políticas públicas, que são pensadas e aprovadas nesta Casa, para área da saúde, área da educação, área do esporte, seja para a área que for, todas as políticas públicas desenhadas nesta casa, tanto pelo Executivo e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 19 DE 102

aprovadas aqui, são entregues por nós à população. A nossa missão é servir à população, esse é o negócio da Prefeitura de São Paulo. Então, como serviço, o que é o serviço? É entrega, é a entrega nós temos de começar por onde? Por quem faz. Então, o maior patrimônio que a Prefeitura de São Paulo tem são seus servidores, os que entregam as políticas públicas. Dividir para reinar é complicado.

Eu tive várias reuniões com a Secretária Marcela, tivemos reuniões, um esforço, e agora saímos do esforço técnico, e tem uma decisão que é política, é opção desse Governo fazer ou não essa opção. Nós estamos numa fase, nesta Casa, de planejamento do PPA, porque eu sou administradora, eu tenho de falar daquilo que conheço. Então, nós estamos para fazer o PPA, nós estamos no Plano de Metas, e tem de ter as opções do Governo. A opção do Governo, de manter o RGA, e eu reconheço o RGA, porque nós saímos do 0,01%, eu reconheço – viu, Secretária? Não pense que eu não reconheça, mas precisamos avançar, e avançar significa ter uma opção política deste Governo. O Prefeito, agora foi eleito, está agora no mandato dele. Então essa opção passa a ser uma opção de Governo. Então, dentro do PPA, dentro do Plano de Metas, tem de lá estar a revalorização. Com o RGA nós só estamos falando do Reajuste Geral Anual da inflação. Se entendemos que o maior patrimônio para entregar as políticas públicas, aquelas que são deste Governo, é através das pessoas, temos de manter o poder de quê? De viver. Nós estamos falando de poder de viver, estamos falando de poder de compra, estamos falando de poder pagar as nossas contas. Sei do esforço dos Vereadores, espero que realmente façam esse esforço até ao final, posicionando-se junto ao Executivo, falando: é necessário manter o RGA. Nós não estamos falando, mas até poderíamos falar de perdas, mas neste momento só estamos falando da Revisão Geral Anual, que não dá para ser parcelada em 2 vezes, não dá porque as contas e os boletos não chegam em 2 vezes. Não dá para negociar que agora vão aumentar só 2,6%, e o ano que vem terminam de aumentar. Não dá, isso é um mundo que não é real, o nosso mundo é real. Quando saímos daqui, pegamos condução, trabalhamos, estamos no dia a dia, no presente. Cada servidor que aqui está, não queria aqui estar, não! Queria estar fazendo o que sabe fazer de melhor, que são as entregas de políticas públicas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 20 DE 102

fls 21

Estando lá dentro, atuando, esse é o nosso negócio, é o que faz bem para a gente. Vir para cá, não é, porque se quiséssemos vir para cá, teríamos de tentar concorrer com os Vereadores, tentar trabalhar. Não, gente não quer vir para esta Casa, queremos estar lá, entregando políticas públicas, que são parte da nossa vida. (Palmas). É por isso que nós fizemos concurso público, que optamos por uma carreira.

Não quero me estender, só queria que o Prefeito, que está fora de São Paulo fazendo Japão/China, é muito importante trazer novos negócios, oportunidades para São Paulo, mas é importante também que de lá traga o valor que o Japão tem em relação aos professores, à educação, eles respeitam. Portanto, Prefeito, traga esse valor para casa e para esta Casa, em especial. Nós não somos vagabundos!

Eu não sou da área da educação, eu sou administradora, mas eu tenho solidariedade com meus colegas, tenho certeza de que não são isso, eu tenho certeza de quem nós estamos falando de profissionais da educação, profissionais da saúde, administradores, contadores, de todos os que estão aqui. Então eu só peço: unidade, respeito, e uma única valorização no RGA, porque a inflação não é dividida.

Obrigada! (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Norma Fernandes do CINESP, são 5 minutos.

Mas tenho uma notícia extraordinária: lá fora, as 2 pistas estão todas completadas pelos servidores.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deputada Juliana Cardoso, por favor, nos represente na nossa Mesa. Brasília está aqui acompanhando vocês. (Palmas)

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Eu quero saudar a Mesa, a todos os servidores e servidoras, que estão nesta plenária. Eu sou Norma, Presidente do Sinesp, estou no segundo mandato na Presidência desse sindicato, uma mulher negra, periférica que, aos 18 anos, prestou concurso. O primeiro concurso que eu fiz, agora não existe mais, foi para

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 21 DE 102

o Ipesp, no Estado, não assumi. Depois, fui à minha carreira como professora do Estado e da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Norma, desculpa interromper, e já te interrompendo, só para comunicar que as inscrições foram encerradas.

Seu tempo será garantido, pode continuar.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Muito obrigada. Dentro dessa minha trajetória, eu sempre fui uma trabalhadora incansável, até com acúmulo de cargo, porque quem é da periferia, quem vem de uma família preta, periférica, sabe quantas horas tem de trabalhar para mudar a história. A minha história não é diferente da história de muitos que estão aqui, não, não é diferente. Só que até a Legislatura passada, nós tínhamos alguns Vereadores que nos chamavam de vagabundos. Agora a questão piorou para caramba, agora nós somos vagabundos, porcos, drogados. É tão surreal que eu gostaria de saber se os vereadores, quando estão dentro de uma Legislatura, se tornam durante 4 anos servidores públicos, porque estão aqui para servir o público. E eu não poderia deixar de falar que, como servidores públicos, onde cada um se coloca, nesse lugar? Quem Hoje está na Prefeitura em cargos em comissão, pelo período que estiver, também são servidores públicos. Então essa indignação não pode ser uma indignação de sindicatos, não pode ser uma indignação do pessoal da Esquerda, como alguns dizem. Essa indignação tem de ser de todos que acordam cedo, que vão trabalhar, fazem o seu melhor, muitas vezes, sem nenhuma condição de trabalho, sem nenhuma condição dentro dos territórios, mas estamos lá, todos os dias, começando às 7 da manhã, indo até às 23h, no caso dos professores.

Voltando agora, falando sobre campanha salarial, objeto desta audiência, eu queria trazer algumas questões que foram colocadas lá no início. Ouvir é muito importante, e acho que reuniões para ouvir continuam sendo importante, mas o mais importante é, além de ouvir, fazer ações para que possamos dialogar, obter acordo, algo realmente, porque o que chegou foi uma proposta pronta, fechada, acabada, e essa proposta não foi dialogada. Olhem, o que tem é isso. Mas isso não é uma negociação, é uma imposição, e se uma imposição, fica muito difícil depois

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 22 DE 102

colocar que estamos negociando.

Agora eu quero fazer agora um parêntese em relação a tudo, porque foi colocado que teve uma quebra de paradigma na questão do RGA. Eu quero trazer que houve uma quebra de paradigma na questão da verba da educação. O que se gasta hoje na educação, com salários, é inferior ao que se gastava antes, e são dados públicos. O que tem de déficit na educação com o conveniamento.

E aí, nessa questão do conveniamento, são conveniamentos e contratos que a Prefeitura faz. Não são os servidores públicos que fazem. É a Prefeitura que faz esses contratos.

Contratos esses que aqueles trabalhadores terceirizados ficam sem salário, ou recebem o *ticket* ou recebem o salário, sendo que estão passando por dificuldades imensas, principalmente os trabalhadores que cuidam da limpeza das nossas unidades educacionais.

Quero também falar aqui da Lei 18.221, sancionada pelo Prefeito, que prevê punição para todos os gestores. Não tem outra forma de falar que não é uma lei punitiva.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Ela traz uma punição para os diretores de escola, ela traz uma punição para todos aqueles que adoecem e ela traz uma punição, também, no desvio de função de cada servidor e servidora que estão ali.

Concluindo, eu gostaria de colocar aqui, para além de tudo que foi falado, porque o cancelamento ou o adiamento do concurso do diretor de escola é para casar com a Lei 18.221, que prevê a privatização da escola.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sra. Norma Lúcia Andrade dos Santos.
Sr. Felipe Bazo Torres, diretor da Anis. Depois, a Sra. Claudete Alves, do Sedin.

O SR. FELIPE BAZO TORRES - Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar, eu queria deixar registrado aqui que a gente não está vivendo uma novidade. Infelizmente, a gente está vivendo uma triste repetição. Que repetição é essa?

Todo ano do Governo do Prefeito Ricardo Nunes a gente tenta iniciar uma

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 23 DE 102

negociação com a Secretaria de Gestão. E ela é subitamente interrompida quando um projeto de lei é mandado para cá sem qualquer discussão efetiva com as entidades.

Então a gente tem uma situação aqui que se reitera, é uma situação de ultimato. E eu acho que a gente não pode deixar de assinalar também que é muito piorada, não só pelo fato de que o lugar de negociar não é a Câmara Municipal. Os projetos têm que chegar aqui quando eles já foram negociados ou quando as negociações se encerraram, não é? Mas ficou muito pior.

Basta ver como foi a última sessão em que foi aprovado em primeira esse projeto do Governo. Todos aqueles Vereadores tomaram a tribuna para fazer a defesa do projeto do Governo, que diz, inclusive, que é deste Governo. Não teve nenhum deles que não se valeu da sua fala na tribuna para desqualificar, para ofender, para a difamar servidores. Isso é absolutamente inaceitável. Acho que é fundamental que se diga isso.

E a gente queria ter tido a oportunidade também de, com o Governo, ter discutido aquilo que nós vamos trazer rapidamente aqui. Mas eu quero questionar justamente essa suposta impossibilidade de o Governo dar mais do que 2,6% para os servidores.

E vou tentar falar rapidamente qual é a nossa situação real. Mas primeiro vamos falar da situação da Prefeitura, porque a gente está falando de uma situação imediata e nova. Tá? A gente está falando de uma situação que é intencional de desvalorização e que não vem de hoje, certo?

De 2017 a 2024 - eu tomo esse período porque a gente está falando da continuidade de uma gestão -, sabe quanto evoluiu a receita corrente líquida? Cento e dezenove por cento. Ela pulou da casa de 42 bilhões para 93 bilhões.

Neste período, a inflação foi da ordem de 43%. Sabe quanto cresceu acima da inflação a receita corrente líquida? Setenta e cinco por cento.

Sabe o que o Prefeito destinou para nós neste período inteiro? Ele destinou o seguinte, uma redução crescente do gasto com o pessoal que estava na ordem de 38,68% no final do Governo Haddad. E agora, pela terceira vez seguida, mas é um recorde do Prefeito, é o menor percentual da história, o gasto é de 29,64%, ou seja, do percentual da receita corrente

líquida o Prefeito retirou 9%, isso equivale a quase 9 bilhões, por ano.

Então, não é possível falar de valorização, muito menos que não há condições de dar um reajuste decente, porque a situação da Prefeitura piorou. Não, a situação da Prefeitura só melhorou com a renegociação da dívida, em 2016, com a venda do Campo de Marte. A Prefeitura não tem dívidas, ela se desonerou em 13% dos encargos que tinha e hoje ela só tem encargos. Sabe com quem? Basicamente, com os servidores, com os precatórios e mais nada. E ela não tem condições de dar um reajuste?

Tenho pouquinho tempo. Eu ontem pedi para uma colega, que está em uma situação intermediária de evolução - é uma colega aposentada - para que me desse a sua remuneração de agosto de 2016, que foi a última remuneração que nós tivemos quando houve a reestruturação, a última das reestruturações que nós tivemos e o período atual. Ela foi uma das vítimas do cruel confisco que foi feito por este Governo, sabem o que é que restou no holerite dela?

Eu estou falando de uma analista de saúde, eu não estou falando de uma situação excepcional. Eu estou falando de uma situação que é corriqueira nas nossas categorias. Nesse período de 8 anos e 8 meses, ela teve um reajuste de 11%, uns quebradinhos. Neste período, a inflação foi de 53%, ou seja, uma defasagem de 42%. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. FELIPE BAZO TORRES - Isso são remédios, são alimentos que estão na geladeira, que estão na despensa que foram retirados dessas pessoas.

Então, nós queremos saber quando é que este Governo, de fato, vai tratar das situações reais, da situação real desses trabalhadores, desses aposentados?

E veja, isso não caracteriza uma circunstância, isso não caracteriza um problema. Isso caracteriza um projeto que, infelizmente, é um projeto de gerar fome, de adoecer, de apressar a morte dos nossos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Felipe.

Infelizmente. Obrigado.

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 25 DE 102

A Sra. Claudete Alves, do Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Bom dia a todos os companheiros e companheiras que estão aí do lado de fora, os que estão aqui na galeria. Bom dia mesa e bom dia aos que estão aqui no plenário.

Minha mãe dizia, seguro morreu de velho. Vereadora, Vereadores, cada vez isso é autêntico. Eu estou já acostumada a ver situações nesta Casa. E nós, servidores, continuarmos sendo enganados. Não se enganem, vocês que estão na galeria, vocês que estão lá fora, porque eles vão aprovar o que o Governo quiser que se aprove.

E por que isso? E aí eu queria dizer a vocês que ainda há tempo de nós salvarmos o serviço público, quando nós entendermos que os servidores têm que ter uma bancada aqui na Câmara Municipal, que é onde se decide tudo, para não só ter outros interesses representados.

Alguns companheiros Vereadores poderão dizer: A Claudete está ressentida porque não foi eleita. Não. A minha tarefa aqui eu já fiz e é sobre ela que eu queria dialogar com cada Vereador e cada Vereadora.

Não é verdade que vocês não podem mudar a intenção nefasta do Governo, não é verdade. Se vocês falarem que não tem número, que a minoria não pode e que está decidido, vocês estarão mentindo para o conjunto dos servidores.

Eu vou dizer o porquê. Nos anais desta Casa, Vereadora Keit Lima, pode pesquisar, nos anais desta Casa há situações que já tinha sido dada ordem de depositar aqueles valores que o Governo mandou para a Câmara.

E aí os Vereadores, numa época em que as Bancadas do PT e do PSOL eram Oposição, os demais Vereadores entenderam que era um absurdo não elevar o índice proposto de reajuste para o conjunto dos servidores. Foi alterado de 28 e olha era 28%. Esta Casa alterou para 33,79%.

E aí eu queria me dirigir aos companheiros e companheiras e dizer que não acredito que cada um de vocês que têm voto no funcionalismo, que nos apoiam, vão de novo fazer o mesmo jogo, permitir que se vote esse projeto que, no mínimo, é indecente, porque 2,6% não

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 26 DE 102

dá. Não cobre nem o reajuste do pãozinho. Não dá. E aí eu tenho certeza.

Eu costumo dizer que a população, principalmente os servidores, podem dormir sossegados, quando os Vereadores estiverem em profundo pesadelo e graças a Deus vocês estão bem acordados. Portanto, se vocês quiserem, é possível.

A Secretária de Gestão Marcela está aí e é assustador. Marcela, eu estou assustada com o seu olhar e assustada por vocês virem aqui e não apresentarem nenhuma contraproposta para gente, porque a gente sabe que se o Governo tivesse ouvido o conjunto das entidades sindicais que apresentaram uma contraproposta, já traria um substitutivo.

O Presidente da Câmara saberia que teria um substitutivo porque pesou, gente, na consciência dos Vereadores que aumentaram os seus salários, em dezembro, em 37%, enquanto nós tivemos 2,16%.

Pesou porque nós conversamos até com o Vereador Ricardo Teixeira. Alguns condenaram nós termos ido conversar com ele para pedir a revogação do confisco e para pedir uma intervenção para reabrir negociação.

Pasmem, vocês que estão aí fora. Hoje é um dia triste para todos. Nós vamos sair daqui amargando mais uma derrota. E não é porque, Vereador Senival Moura, não há milhares ali, não é por isso, é porque esta Casa optou por um outro caminho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES - É um caminho que - eu vou dar alguns dados da terceirização, da privatização - por exemplo, transferiram 145% das verbas para aumentar os repasses para os convênios, sendo que tem vaga na rede direta da educação infantil.

Então eu queria dizer, Srs. Vereadores, não é plausível. Eu não quero acreditar. Eu enxergo em vários companheiros dos servidores que não haverá alteração.

E aí, por exemplo, a menos que os valores nutricionais são seletivos, como entender que o vale refeição dos servidores é de R\$ 29,00. Aqui da Câmara é R\$ 93,00 ou R\$ 95,00?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Nós temos servidores de primeira, segunda, terceira,

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 27 DE 102

quarta e quinta categorias. Como entender que os Vereadores vão permitir isso, enquanto os funcionários do Tribunal de Contas e da Câmara Municipal tiveram a inflação. Parabéns ao sindicato, parabéns aos colegas Vereadores.

O que que justifica isso? O Nunes está pensando que ele é o quê? Ele está rasgando a carreira do magistério, não está cumprindo a verba da educação.

Secretária Marcela, não é plausível...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES - ...hoje nós estamos saindo daqui pela primeira vez na história, Vereadora Luna, Vereador Toninho Vespoli, sem nenhum protocolo. Pela primeira vez na história não se tem um protocolo de negociação. É um absurdo isso.

Portanto, Jair, eu queria dizer a você, enquanto Presidente da Comissão de Educação, que eu sei que tem um monte de Colegas Vereadores bravos comigo. Se vocês quiserem, vocês mudam sim, porque nos anais desta Casa já foi mudado. E aí não é só Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Eu vou concluir, não é só Oposição, são todos os Vereadores. A gente precisa só de 28 para aprovar um substitutivo que garanta a inflação para o conjunto dos servidores, que garanta a reposição dos abonos complementares que nós estamos dispostos a negociar, Sra. Marcela, com a educação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES - E por fim o senhor falou, você vai falar só cinco minutos. Mas o ex-Vereador Cláudio, meu colega falou quase 11. Eu não vou falar quase 11.

E vou concluir dizendo:

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está batendo com os números dele.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Concordo, mas eu não poderia deixar enquanto mulher, uma mulher de 65 anos, negra, mãe, avó, que já foi Vereadora e nunca ouviu o que nós ouvimos e temos ouvido, que, inclusive, Marcela, a senhora, enquanto Secretária de Gestão,

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 28 DE 102

deveria mandar uma menção para esta Casa para que seja retirado das notas taquigráficas que nós não somos vagabundos, nem vagabundas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Obrigado.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Nós não somos viciados em drogas.

E por fim, eu queria dizer para o Vereador que desta tribuna nos desafiou dizendo que câmeras corporais são para bandido, e bandidos nós não somos.

Fica o apelo para retirar o projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Carlos Eduardo Pierangelo, Diretor Adjunto do Simesp.

- Manifestação do público.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O senhor tem cinco minutos. Muito obrigado.

O SR. CARLOS EDUARDO PIERANGELO - Bom dia a todos e todas.

Cumprimentado a mesa diretora, as Vereadoras, os Vereadores presentes, os representantes do Executivo e todos os servidores. Eu sou diretor de sindicato de médicos, sou filiado ao Sindsep também e a minha categoria, hoje em dia, está no final. Médicos, no serviço público direto, quase não existem mais.

E colocar que eu venho lutar por cada um do funcionalismo. A gente não pode ter divisão na hora de fazer a nossa campanha salarial. Então, cada servidor tem que estar unido, juntos, e a gente está pedindo aquilo que é de nosso direito. Todos nós somos concursados. A gente entrou aqui por concurso público e a gente dá o nosso melhor a cada dia.

A gente não pode realmente aceitar que seja dado só 2,6%.

Como os outros colegas já falaram, a gente foge e muito da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Orçamento da Prefeitura vem aumentando a cada ano e seria possível sim dar o aumento pelo menos da inflação.

Como já colocaram, o que vai ser dado neste ano para nós aproximando da inflação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 29 DE 102

fls 30

já de 2025. Fora que faltam dois meses ainda do pagamento do ano passado, que foram só 10 meses, não 12 meses.

Todo cidadão tem direito à inflação de 12 meses, não de 10 meses. A gente deveria estar aqui lutando pela valorização do serviço público, para que o servidor fosse cada dia qualificado, aumentasse realmente e incentivasse.

A gente sabe que hoje em dia o servidor adoece. Aumentam cada vez mais as doenças mentais, inclusive o número de suicídios dentro da categoria do funcionalismo municipal. A gente tem que ver a contramão de onde está indo.

Muita gente se diz liberal e diz que realmente gosta do que acontecia na Europa. Pela batalha do funcionalismo, pelos sindicatos de lá, está ocorrendo a reversão da privatização dos serviços na Europa. Perceberam que não vai para frente. Privatiza-se e não melhora. Piora. Na Inglaterra, na Alemanha e em todos os outros países da Europa está ocorrendo uma reestatização, porque perceberam que não vale a pena entregar o serviço público para as terceirizações.

A gente tem que estar aqui, realmente lutando, para a gente ter o que é devido para nós, o que não é favor, o que a gente merece: pelo menos, a reposição da inflação. Deixo claro que não somos vagabundos. A gente trabalha todo dia, entregando para a população um serviço de qualidade.

Alguns anos atrás, fomos colocados como heróis. O SUS é público. O SUS tem que continuar entregando tudo aquilo que é necessário para a população. Já há um projeto e inclusive foi indicado pelo ministro Padilha colocar a vacina do zóster na rede pública. Isso foi mencionado na Conitec. Que isso realmente seja colocado lá. A gente sabe que muitas pessoas têm sofrido com isso, em especial a população acima de 60 anos, mas não só ela. Depois da pandemia, aumentou o número de casos de pacientes com zóster abaixo da faixa etária para a qual é preconizada a vacina.

A gente realmente tem que estar batalhando para que aumente cada vez mais tudo aquilo que é necessário para a população. Estejamos realmente unidos. Nós somos todos

servidores, independentemente da classe. A gente tem que estar disputando isto, juntos, e não dividindo, pois, dividindo, a gente perde a nossa força.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sr. Carlos Eduardo. Quero registrar a presença dos Vereadores Senival Moura e Rubinho Nunes.

O próximo inscrito é o Sr. Cássio Vieira, da Fasp. V.Exa. tem cinco minutos.

O SR. CÁSSIO VIEIRA PEREIRA DOS SANTOS – Muito obrigado, Vereador. Eu quero cumprimentar as Vereadoras e os Vereadores presentes, na figura do Presidente em exercício, Vereador Fabio Riva. Quero também cumprimentar os representantes do Governo, na figura da Secretária Marcela, que está aqui, conosco.

É fato reconhecido e notório – o próprio Governo assim afirma – que, durante mais de duas décadas, os servidores municipais tiveram um reajuste geral anual de 0,01% ou algo muito próximo disso. Não ocorreu qualquer variante com relação a isso até que, recentemente, o atual Prefeito implantou uma política diferente e, nesse sentido, realmente, há que se considerar um paradigma que está sendo adotado.

Contudo, no ano passado, como já foi reiterado pelos meus colegas, tivemos um reajuste inferior à inflação. Apenas 10 meses foram contabilizados, na medida em que era ano eleitoral. Neste ano, agora, está sendo proposta metade da inflação para o dissídio de maio dos servidores municipais. Não é possível que isso tenha aceitação do servidor público. O servidor público perdeu muito ao longo de duas décadas com essa política nefasta do 0,01%. Agora, não é possível que nós consigamos custear todas as despesas que nós temos com metade da inflação.

Secretária, por favor, leve nossa mensagem ao Executivo. Temos a representação da fazenda, dizendo: “Olhem, as condições orçamentárias estão colocadas.” Sabemos que apenas 28% da receita corrente líquida, conforme prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal, está comprometida com o funcionalismo público. Isso é a melhor taxa dentre todas as capitais. Se é a melhor taxa entre todas as capitais e se todas as capitais estão, via de regra, conferindo a inflação para os servidores públicos, o que é que justifica esse tipo de posicionamento na

cidade mais rica do país?

Sabemos que a arrecadação municipal continua tendo resultados que são aqueles esperados. Em algumas circunstâncias, estão além do esperado, como é o caso do Programa de Parcelamento Incentivado, que esta Casa aprovou. Está havendo o retorno previsto. Então, a questão parece não ser de ordem financeira. A questão, Srs. Vereadores, parece ser de ordem política e é por isso que é necessária a atuação desta Casa.

Algum tempo atrás, poucas semanas atrás, os servidores foram recebidos pelo Presidente desta Casa. A Vereadora Luna Zarattini esteve presente nessa audiência com o Presidente, onde o Presidente se comprometeu a tentar viabilizar um diálogo com o Executivo, no sentido de propor um diálogo que fosse ao encontro daquilo que está sendo demandado pelos servidores.

O que é que está sendo demandado pelos servidores? Está sendo demandada a recomposição da inflação que nós perdemos, dos 10 meses anteriores, e estamos demandando um reajuste integral total, no que se refere ao RGA. É lógico que há muitas outras questões que nós poderíamos colocar aqui, mas estamos referenciando especificamente o PL do reajuste geral anual, às vésperas da data-base.

Nesse sentido, eu quero me dirigir ao Presidente da Câmara, que está aqui, nos ouvindo. Quero me dirigir ao Prefeito de São Paulo, que, em momento oportuno, pode nos ouvir, para que se sensibilize com o que está ocorrendo aqui, com essa proposta, com essa demanda dos servidores públicos, para que peça que o PL tenha uma suspensão até que tenhamos um novo acordo com o Poder Executivo. Prefeito Nunes, que está no Japão, volte aqui. Nós vamos aguardá-lo. Eu, encarecidamente, peço ao Presidente da Câmara que aguarde a volta do Prefeito para que viabilize uma conversa com os servidores municipais. É factível, Prefeito. É do interesse da população.

Era isso o que eu queria dizer neste momento. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. O próximo inscrito é o Sr. Marcos Batistela, do Fórum das Entidades. O senhor tem cinco minutos.

O SR. MARCOS BATISTELA – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Vou saudar todos os nossos Vereadores presentes na pessoa do Vereador Fabio Riva, bem como a nossa Secretária de Gestão, Marcela Arruda e a Deputada Juliana Cardoso, que nos honra hoje com sua presença. Saúdo todo mundo que está presente nesta audiência pública, os que estão aqui dentro e os que estão lá fora e não puderam estar aqui.

Eu vim hoje me manifestar pelo Fórum das Entidades Representativas do Funcionalismo, a pedido da Prof. Margarida, nossa Coordenadora, que não pôde estar presente.

Vários dos oradores que se manifestaram antes de mim já apontaram as boas condições financeiras da Prefeitura. Já foi dito, também, que a Prefeitura se livrou das dívidas que historicamente afetavam o erário municipal, com uma renegociação das dívidas com o Governo Federal e também com o acordo sobre o Campo de Marte, que era uma ação de mais de 50 anos que a Prefeitura tinha contra o Governo Federal, além da melhoria da arrecadação dos impostos municipais. Todas essas melhorias que foram feitas no erário da Prefeitura, nas condições das finanças públicas do município, foram obtidas pelos seus funcionários, em grande parte – normalmente, funcionários de carreira: os funcionários da Procuradoria Geral, os funcionários da Secretaria da Fazenda, os funcionários da Secretaria de Planejamento, à época.

Nós chegamos aqui em uma situação: a Prefeitura é um grande prestador de serviços. Ela tem o dever de prestar bons serviços à população de São Paulo e nós quase nunca vimos a Câmara Municipal discutir como melhorar a prestação de serviços para o cidadão de São Paulo, que tem direito a receber bons serviços.

Por que isso acontece? Porque, ano após ano, a Prefeitura de São Paulo se nega a reconhecer um direito dos servidores públicos municipais, que é a revisão geral anual das suas remunerações para recompor a perda inflacionária que todos os salários sofrem. De tempos em tempos, a Prefeitura cria uma reestruturação e essa reestruturação é basicamente a recomposição das tabelas de vencimentos. Nós nunca discutimos como será melhor estruturar a carreira dos servidores públicos e como é melhor prestar o serviço para a população. Eu acho que não é segredo para ninguém que nós nunca discutimos isso na Câmara Municipal. Por que

é que isso acontece? Várias são as explicações, mas, basicamente, é uma política que, ano após ano, tem se implementado, de desestruturação dos serviços.

Foi dito aqui que houve uma mudança de paradigma nesta gestão. Ela foi uma tímida mudança de paradigma, três anos atrás, mas me parece que agora nós devemos seguir adiante, porque nós já estamos voltando ao modelo antigo, que é não fazer a revisão dos servidores.

A pauta de reivindicações do Fórum das Entidades é a revisão geral anual com base na inflação para este período de maio e a inflação não pode esperar até o ano que vem para ser reposta, porque a inflação já surtiu seus efeitos nos salários dos servidores. Ela é a inflação passada e nós estamos discutindo uma lei que prevê um reajuste no futuro. Pior ainda: prevê um reajuste na mesma data-base do reajuste do ano que vem, o que nos faz temer que no ano que vem não exista mais nenhuma discussão.

Essa mudança de paradigma que a Prefeitura também menciona talvez seja ajuizar ações no Tribunal de Justiça para tentar obstar o exercício do direito de greve, uma coisa que não era comum na Prefeitura, mas que aconteceu nos últimos dois anos. Tudo isso precisa entrar em uma equação.

O que o Fórum de Entidades pleiteia é que seja feita a reabertura dessas negociações, porque o projeto de lei veio para a Câmara sem que elas fossem fechadas oficialmente. Nós nos reunimos com a Secretaria de Gestão e esperávamos o retorno das avaliações que a Secretaria de Gestão se prontificou a fazer. Quando recebemos a notícia, o projeto de lei já estava na Câmara. O pedido do fórum são o reajuste geral anual equivalente à inflação no período de maio e a incorporação dos pisos da educação. Fora isso, nós pretendemos que o Governo reabra essas negociações e que de fato mude o paradigma, de um paradigma impositivo para um paradigma pactuado, negociado, aberto a ouvir os servidores e a prestar bom serviço para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sr. Marcos. O próximo inscrito é o Sr. João Gabriel, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL BUONAVITA – Primeiramente, bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa na figura da Vereadora Keit Lima.

Digo que estou aqui hoje, mas não sei se vou conseguir cumprir com o meu papel, porque eu estou engasgado em saber que os milhares e milhares de pessoas que compõem o serviço público, os milhares e milhares de pessoas que estão lá fora, hoje, mais de 20 mil servidores, foram desrespeitados nesta Casa de uma maneira cruel e covarde. Se esses Vereadores que têm a coragem de vir à tribuna – mas não estão aqui para encarar as servidoras e os servidores – fossem pisar uma unidade hospitalar ou uma escola, jamais teriam a coragem de vir aqui e chamar de vagabundos a servidora e o servidor que fazem vaquinha para trabalhar, para comprar sulfite ou para conseguir garantir água. Então, o que aconteceu nesta Casa suja a história da democracia. Suja a história desta Casa e tem que ser repudiado por todos os Vereadores da Casa, Sr. Vereador Fabio Riva, porque não há um ser humano nesta cidade que não tenha precisado do serviço público do momento do nascimento até o momento da sua morte.

Dizer que há uma mudança de paradigma? Com todo respeito, Secretária Marcela, do investimento de 38% com folha de pagamento no início desse Governo, com João Doria, caímos para 29%. Em oito anos, caiu drasticamente o investimento na folha de pagamento. O que está acontecendo não é mudança de paradigma. É um desmonte sistemático do serviço público.

Como é que Vereador tem a coragem de vir aqui falar em responsabilidade fiscal? Eles votaram um aumento de 46% para o Prefeito. Aumentaram os salários dos Vereadores em 37%. No ano passado, o Governo promoveu uma gastança generalizada e o que a gente escuta neste ano é só contingenciamento. As pessoas que estão lá fora precisam saber: não teremos um reajuste digno porque o Prefeito empenhou os recursos do município em um processo eleitoral, para garantir a sua reeleição, para enganar o povo desta cidade.

Eu quero frisar: a disposição de diálogo do Governo – de que se falou quando se judicializou a greve – não existe. Ela não existe porque esse projeto foi enviado para esta Casa na calada da noite. Nós descobrimos isso pelos funcionários desta Casa, que lutaram para ter a

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 35 DE 102

inflação de 5%, que está sendo negada para o restante do funcionalismo público.

Já faço um apelo a estes Vereadores que aqui estão e àqueles que não vieram: precisam reestabelecer a dignidade e o respeito ao serviço público. Não adianta vir aqui e pedir desculpa esfarrapada. Tem que garantir reajuste digno e incorporação dos abonos da educação. É assim que vocês vão restaurar o respeito ao serviço público e dizer que nós, servidoras e servidores, estamos em unidade, na prática. É nos territórios que a gente constrói a unidade, conseguindo prestar serviço para a população, sem ter recurso. A cada dia, essa é a nossa luta.

Digo que esta Casa está desrespeitando a Carta Magna, que é a Lei Orgânica do Município, e eu convido os Vereadores e as Vereadoras a revisitarem a Lei Orgânica do Município. Ela é muito clara. Ela garante o direito de greve e a greve está prevista na Constituição, também. Greve não é vagabundagem. A greve é o recurso que nós vamos acessar todas as vezes que o Governo for intransigente e negar direitos aos servidores.

Eu vou ler o art. 92 da Lei Orgânica para vocês. Prestem atenção:

“Art. 92 - A remuneração dos servidores públicos será estabelecida com vistas a garantir o atendimento de suas necessidades básicas de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (...)”

Com o nosso confisco, dos 14%...

(...) e obedecerá aos seguintes critérios:

IV - o reajuste geral dos servidores far-se-á sempre na mesma data, sem distinção de índices entre a administração direta, autárquica e funcional e nós estamos sofrendo uma diferenciação com os funcionários da Casa.

Quero dizer que esse reajuste não garante nem uma cartela de ovos, para quem ganha um salário base na prefeitura de São Paulo. É isso. Parabéns aos servidores e servidoras, corajosas e corajosos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Parabéns João. Sra. Débora Cruz, Presidente da AMAASP.

A SRA. DÉBORA CRUZ - Boa tarde! Boa tarde a todos os colegas na galeria, Sras.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 36 DE 102

fls 37

e Srs. Vereadores, Sra. Secretária e todos que estão lá fora.

É, uma tristeza estar aqui. Eu gostaria de fazer negociação com o governo sobre ganho real, sobre algo a mais, mas ao invés disso, estamos lutando pela nossa sobrevivência.

Estive em audiências aqui e sugeri aos vereadores da Casa que trocassem de holerite com algum servidor de São Paulo para ver se conseguiriam sobreviver com esse tipo de reajuste.

Vocês estão fora da realidade. Têm uma expressão que eu gosto muito para definir um tipinho de pessoa que chama servidor de vagabundo. É uma das melhores ofensas que eu já vi. Não aguentam uma hora de carteira assinada; não aguentam uma hora trabalhando nos equipamentos da prefeitura. Nunca pegaram um ônibus na vida.

Estão aqui querendo decidir a vida de quem faz essa cidade andar. Não é o prefeito lá no Japão. O prefeito nunca está e quando está em São Paulo, não está aqui. Não conversou com nenhuma das entidades. Se recusou a encarar a gente, assim como alguns dos vereadores não têm coragem de encarar a gente, também. É muito medo. Ficar impedindo o acesso de quem está lá fora, a Casa que é do povo. Aqui é a Casa do povo. A gente não tinha que pedir permissão, mas temos que pedir porque ainda temos um pouquinho de educação. A gente ainda se segura para não falar o que realmente sentimos. Gostaria, mas não podemos.

“É esse reajuste” - estou colocando aspas porque isso é uma indignidade - parcelar um reajuste e jogar 5% parcelado em 2 vezes... Qual é a próxima? Irão pedir para pagarmos a conta de vocês também? Não está havendo mais limites.

Secretária Marcela, já conversamos em reuniões e me entristece muito o descaso que foi essa campanha salarial com os fóruns de entidades. Não fomos recebidos nenhuma vez; nem por você, nem pelo prefeito.

O que é isso? Essa é a negociação? Essa é a abertura de diálogo que vocês dizem ter com a gente? Que diálogo é esse que manda um PL na calada da noite? Isso é diálogo? Não é diálogo! Isso é imposição, ditadura. Mas isso, realmente, é o que a Direita entende.

Eu não gostaria de fazer uma briga de Direita e Esquerda, porque, como eu disse

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 37 DE 102

antes, é sobre a nossa sobrevivência. Sabemos que tem colegas que ainda compram essa conversa de meritocracia, todo esse blá, blá, blá... mas, estamos falando de sobrevivência.

Como o João disse, é um reajuste que em muitos casos não compra uma cartela de ovos. Cadê a humanidade? Cadê o olhar humano para o servidor que faz a cidade andar? Somos nós. Toda a política pública passa por nós. Eu sou representante da AMAASP, dos servidores de nível básico e médio ASOS e a AGS e não tem um equipamento da prefeitura que não tem alguém da minha categoria e das categorias que eu represento, que são os menores salários da prefeitura; e 2,5% vai dar 100 reais no salário de alguma Dona Maria, de algum Sr. João lá da ponta. Mas são eles que acordam todos os dias, pegam duas, três conduções para irem trabalhar; comem marmitta, voltam e depois têm mais uma jornada de trabalho dentro de casa... para os vereadores e o prefeito de São Paulo olharem e dizer: vamos parcelar em duas vezes o seu reajuste. Aguarde até o ano que vem.

A Dona Maria e o Sr. João teriam vergonha da Câmara de São Paulo. Teriam vergonha de ver a sobrevivência deles sendo jogada no lixo por gente, que mais uma vez repito, não aguentaria uma hora de CLT. Boa tarde!

O SR PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Débora.

A última inscrição dos representantes das categorias, Sr. Yuri do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

O SR. IURY - Boa tarde a todos! Meu nome é Yuri, eu sou Diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e filiado ao Sindisep. Eu espero que hoje, ao final do dia, possamos dizer que foi um bom dia. Que o significado da palavra negociação foi observado e que a gente não teve um projeto que veio engessado e foi aprovado sem mudança de uma vírgula.

Colocando assim - desculpe a falta de prática em falar - muitos vereadores da situação, quando falaram, ofenderam os servidores, defenderam parcelar. Sim, é justo pela condição do município. Engraçado, que esse é o tratamento dado ao CPF de uma das menores despesas do município. Por que não parcelar o reajuste dos contratos bilionários da cidade?

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 38 DE 102

Seria coerente a situação financeira? Então temos que falar de coerência, mas não há.

Um outro ponto comum a todos, é o vale-refeição. O benefício do vale-refeição não vai só para o servidor. Um vale-refeição digno no cartão igual vem aqui para o pessoal da Câmara, qualifica o entorno de todos os prédios onde a prefeitura está.

Deixam de ser egoísta. Não é só o nosso. É todo o entorno também.

Agora, se não for feita uma negociação engessada igual como veio, não irá passar de um teatro. Simplesmente agrediu a saúde mental de todos os funcionários, suas famílias e a paz da casa nos lares de cada um.

Faço um desafio ou uma provocação: de que todos os vereadores, agora no almoço, almocem com o valor do nosso vale-refeição e tragam o ticket e falem com força na tribuna.

Quando falamos da previdência, existem várias armadilhas de se dar menos do que a inflação. A previdência dos novatos que ganham acima do teto do INSS; o montante final que terão acumulado, está sendo reduzido ano a ano, e quando se coloca um valor menor do que a inflação, torna as carreiras do serviço público menos atrativas.

A prefeitura sofreu no último concurso de Engenheiros para que assumissem, pois o valor estava muito distante do piso. Ah, mas é uma carreira que ganha um pouco mais. Sim, ganha, mas a prefeitura e a sociedade são prejudicadas, quando os engenheiros saem da prefeitura e vão para CNU, ou se aposentam ou vão para a iniciativa privada, porque perde-se memória técnica.

A cidade não vai parar por causa de uma semana de greve. A cidade vai parar em termos de obra, por falta de engenheiros.

Reforço, mais uma vez, o piso da engenharia, da saúde, da educação, tem que ser cumprido, porque não é só o piso. Estamos falando de pisos nacionais, em uma cidade que tem os maiores custos de vida, o piso deveria ser maior. Deveria ter um contrapiso.

Aproveitando, outra coisa. Veio um PL que deu reajuste em 2022, um jabuti que estava no Art. 75, que extinguiu cerca de 580 cargos de engenharia, o que inviabiliza que faça concurso. Um artigo que extinguiu cargos do quadro de QDHS e tanto os outros; Analistas de

Meio Ambiente. Esse artigo poderia ser revogado pelo projeto de lei para que se possa fazer concurso e que seja prestado um serviço de qualidade aos municípios da cidade. Árvores caídas, gente, têm Subprefeituras que tem engenheiros para fazer laudo.

Parabéns a todos os presentes e parabéns para quem continuou trabalhando também. Muito obrigado pela atenção. Eu quero ver negociação para que todos possam continuar acreditando na política ou voltando a acreditar. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado! Certamente contribuíram muito os representantes das associações e sindicatos. Agora nós vamos trabalhar com três minutos.

Passo a palavra a Deputada Federal Juliana Cardoso, por razões óbvias, precisa ir a Brasília, nos representar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Sr. Presidente! Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Vereadores, Colegas que convivi durante quatro mandatos, entre outros colegas novos, mas que a gente convivia em outros lugares na luta popular social. Cumprimentar, principalmente, de uma forma calorosa esses servidores públicos aqueles que estão aqui dentro e aqueles e os que estão do lado de fora, que são milhares de pessoas adentrando a vinda, para demonstrar as Sras. e Srs. Vereadores, acima de tudo, o Governo, o Prefeito Ricardo Nunes, que esse projeto que coloca na Casa, primeiro não é o valor solicitado pelos sindicatos e servidores que pedem o valor de 12,90%, mas que fazem em duas vezes e muito abaixo da inflação.

Eu quero entender, senhoras e senhores, como vocês podem acreditar que um recurso de aumento dividido e abaixo da inflação vai dialogar de verdade com os servidores dessa cidade? São esses servidores Sras. e Srs. Vereadores, que eu à distância - porque agora a minha tarefa é em Brasília - ouço com muita dor e indignação as Sras. e Srs. Vereadores, que estão, inclusive, nessa audiência, chamar um trabalhador de vagabundo.

O que é dentro, Sras. e Srs. Vereadores, na concepção dos senhores, é vagabundo? Acordar às 5 horas da manhã para entrar no seu trabalho às 7 horas? Na concepção dos senhores, sair do seu trabalho depois da meia-noite, muitas vezes e trabalhar no final de semana,

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 40 DE 102

em especial em todos os setores, mas na Educação, para preparar as aulas, para poder, na semana dar as aulas na sua classe?

Isso é inadmissível, falar que esses profissionais são vagabundos, e tem mais novidade, que são pessoas que usam drogas, que são porcos.

Isso é falta de decoro, senhores. É falta de vergonha na cara. Tenho que dizer aos senhores que será inevitável. Inevitável que os senhores vão passar pelo serviço público e muitas vezes na mão desses servidores, em qualquer serviço dessa cidade ou fora dela.

Então, o que temos pedido, principalmente, nesse dia nacional dos trabalhadores, que é Dia 1º, Dia do Trabalho, retirem esse projeto de lei. Por que no susto sempre tem que entrar um projeto de lei, que bate diretamente na vida dos servidores públicos? Vocês não estavam na mesa de negociação Secretários e Secretária? Não estavam numa mesa de negociação para avançar?

Enquanto o Brasil tem avançado para poder fazer a valorização do trabalhador, aumentando o salário-mínimo, aumentando as condições de trabalho, aumentando aquilo que tem de ser de serviço público para a classe trabalhadora, São Paulo onde tem um orçamento do tamanho do mundo, que pode sim dialogar com os servidores, prefere colocar os recursos nas mãos das terceirizadas para poder fazer serviços que não são a contento com os servidores públicos que sabem muito bem o que faz desse serviço público.

Portanto, para finalizar - porque já deu o meu tempo - eu quero dialogar com os senhores, esse projeto de lei não é um projeto que vai dialogar com esses servidores. Retirem, conversam, sentam-se. Tem negociação, tem diálogo, mas não pode ser desse jeito.

E mais uma vez eu queria dizer as Sras. e Srs. Vereadores que chamam todo mundo de vagabundo, tenham vergonha na cara. Respeitem. Respeitem as pessoas que fazem os serviços. Porque vocês acham que o tempo todo que chamarem os servidores de vagabundo, que estão conversando com uma sociedade, é mentira. Porque essa sociedade também sabe quando o servidor público é valorizado, quando tem um plano de carreira e principalmente organização de política pública dentro desses setores, a política pública funciona e funciona

muito bem.

Muitíssimo, obrigada Sr. Presidente! Retire esse projeto 416.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Deputada Juliana Cardoso.

Revezando a cada três oradores da plateia, um vereador ou vereadora, rigorosamente, três minutos. Sr. Renato Rodrigues, da Caravana da Educação.

O SR. RENATO RODRIGUES DOS SANTOS - Boa tarde a todos presentes na Câmara Municipal, e todos que estão lá fora na luta para reverter esse quadro.

O que está sendo discutido aqui é uma farsa. Uma farsa essa audiência pública vazia em um lugar que não tem condições para fazer essa audiência pública.

Outra farsa é a questão que esses que estão aí são aqueles apoiadores que quiseram dar o golpe militar no Brasil. São aqueles que deram o golpe com o Temer. São aqueles que têm um projeto de Educação de precarização. Isso acontece em todos os estados. São esses os lacaios. Esses trabalham pelo capital financeiro, por isso que eles querem privatizar.

Foi colocado que é o ajuste fiscal, mas não tem ajuste fiscal quando eles vão fazer acordo ou contrato com a Bacarelli que tem 12 milhões pelo CEUs. Não tem ajuste fiscal quando eles privatizam o CEI e EMEI. Não tem ajuste fiscal quando eles vão fazer reforma na escola e reformam 3,4,5 vezes e está parado lá. Onde tem ajuste fiscal? Vocês defendem o quê? O capital financeiro. Vocês estão defendendo é quem está tirando de quem não tem, ou seja, roubando do pobre para dar aos ricos, para o capital financeiro. É esse que vocês estão fazendo. E essas provocações que vocês fazem, não é só na Câmara Municipal. Vocês fazem em Brasília, na Assembleia Legislativa, porque é isso que vocês sabem fazer.

Vocês só têm condições de fazer uma discussão rebaixada, uma discussão que não leva a nada, tentando colocar a gente como vagabundo. Vagabundo não é o professor, são todos os trabalhadores, porque vocês querem aprovar seis por um. Trabalhar seis dias, descansar um. Isso que vocês querem fazer.

Portanto, isso é uma farsa. Vocês, como são aliados do Tarcísio vem na mesma linha. Seus fascistas, seus nazistas, querendo acabar com a educação. Por isso que nós

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 42 DE 102

estamos aqui. E lá na rua tem gente, e nós vamos, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Renato, Renato. Primeiro, você não terá mais direito a sequência...

O SR. RENATO RODRIGUES DOS SANTOS – Para lá, né?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V. Sa. está cometendo o mesmo erro que a gente critica. A palavra de V.Sa. está cortada por ofensas. Não vale para um lado, não vale para outro. Próxima oradora, Sabrina Teixeira, por três minutos. Não vou tirar da galeria ninguém. Quem manda aqui sou eu. V. As. ofendeu. Está nos Anais. Sabrina, você tem a palavra por três minutos.

A SRA. SABRINA TEIXEIRA – Boa tarde, aos presentes, às famílias e aos servidores que estão na rua agora. Eu me chamo Sabrina, eu sou professora na EMEF do CEU Butantã.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos uma oradora falando, por favor, vamos prestar atenção, inclusive aqui à Mesa. Pois não.

A SRA. SABRINA TEIXEIRA – Bom, como eu estava falando, eu sou professora na EMEF do CEU Butantã. E sou diretora do Sinpeem. E eu quero aqui parabenizar as famílias e os estudantes que fizeram um ato belíssimo ontem. E hoje estão lá fora defendendo os servidores que estão em luta. Porque a população sabe que os serviços públicos são precários. E que a política deste Governo é de sucateamento da educação, da saúde, da assistência. E dos serviços que atendem a nossa população. Porque cada dia mais a gente vê mais privatização, mais serviços superlotados. E nenhuma chamada dos concursos públicos. Cada vez mais a cidade vira um negócio. E aí eu quero aqui dizer que as famílias reconhecem o nosso trabalho. Porque elas sabem que os servidores públicos trabalham com condições de trabalho muito precárias. Hoje as crianças chamam a sala de aula de sauna de aula. Porque não tem climatização na escola. A Secretaria, no Martinelli, teve a sua água contaminada, contaminando os servidores. É com essas condições de trabalho que a gente trabalha nas escolas. Sem contar as salas de aula superlotadas com crianças com deficiência. Que lá é o lugar deles. Mas a gente quer dar educação de qualidade para as crianças. E a gente não tem suporte na escola para dar

essa atenção para as crianças. Para incluir, de fato, as nossas crianças na cidade. Todos esses itens estavam na nossa pauta de negociação. E a Secretaria simplesmente ignorou. Não fez uma mesa de negociação de verdade, com proposta, para que a gente pudesse discutir.

Dito isso, eu quero dizer aqui no meu questionamento, com as falas de valorização que não correspondem à realidade. A cidade de São Paulo bateu recorde de arrecadação, mais de 12,4%. Os que me antecederam aqui trouxeram os dados. O Governo Federal encaminhou 11 bilhões. Onze bilhões para os municípios pelo Fundeb, que é dinheiro que tem que ser investido na valorização dos trabalhadores da educação. E aí, a nossa, aqui, a Câmara e o Prefeito não negociam e oferecem para nós um reajuste abaixo da inflação. Por quê? Ele ignora a inflação acumulada. Ele ignora que o abono complementar do professor não vale para a aposentadoria, que achata a nossa carreira. Ele ignora que tem tratamento diferente entre os servidores. O TCM recebe mais do que a gente. E os trabalhadores do nível médio, do quadro de apoio nas escolas, recebem menos do que os outros trabalhadores.

É só para concluir a minha fala. Os serviços públicos são uma conquista do povo. E é por isso que nós exigimos respeito. E a nossa luta segue.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Flávia Anunciação, do Sindsep, em seguida vai ser a Vereadora Luana Alves.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – A minha fala é especificamente para a coordenadora Marcela e para o Fabio Riva. Coordenadora de Cogep da gestão de pessoas, não é isso, Marcela? A gente esteve há um tempo na sua sala, e você me pareceu bastante preocupada com valorização dos servidores. E aí, para nosso espanto, este ano não existe nenhum esforço da sua Secretaria em fazer um protocolo com as entidades e discutir tecnicamente aquilo que foi apresentado como reajuste salarial para os servidores. A gente agora, você tem um desafio, e essa Câmara também tem um desafio. Porque uma vez na sua sala você disse com sinceridade que você estava pensando em um curso de finanças para os servidores conseguirem trabalhar bem as suas finanças. A minha sugestão agora, e você vai ter que lidar com essa contradição, é que você vai ter que dar um curso de gestão, a gestão de

peessoas vai ter que dar um curso, dizendo para os servidores, ensinando para os servidores como é que eles vão viver com menos. Porque é exatamente isso que vocês estão oferecendo, a redução e o solapamento do poder de compra dos servidores. E realmente, isso será um case de sucesso se você conseguir ensinar para o conjunto do funcionalismo como é que ele vive com menos, como é que ele vai ter 2.6 agora e 2.5, como é que a gente vai fazer com o nosso orçamento.

A gestão de pessoas vai precisar nos ensinar é como é que a gente vai dar conta de ter saúde mental tendo que ser servidor, e muitos desses servidores precisam hoje trabalhar de Uber para complementar a sua renda. Então, como é que a gente vai ter essa dupla jornada? Porque a gente vai precisar complementar a nossa renda. Porque empobrecer não é uma condição para nós. E a gente, a única alternativa que hoje tem, e já tem muito servidor que faz isso, é trabalhar de Uber nas suas horas vagas. Então, você vai ter que dizer e nos ensinar como é que a gente vive com menos, como é que a gente tem uma condição mental de suportar e sobreviver assim.

Eu acho muito bom ter a sua atenção, porque eu acho que você tem uma tentativa de fazer dessa gestão um case de sucesso. Só que, assim, as contradições dentro da gestão que você toca, para mim, elas são insuperáveis. E começa com o desrespeito. E aquilo que vocês ofertam, de maneira alguma, pode ser adjetivado como valorização. E isso eu estendo a essa Casa e aos Srs. Vereadores, que são copartícipes das decisões tomadas pelo Prefeito e apresentadas a nós pela Secretária de Gestão, que é a redução e empobrecimento do conjunto do funcionalismo. Só que também dizer para vocês que vocês passarão e nós permaneceremos aqui. Eu tenho 30 anos como servidora. Vocês passarão e nós permaneceremos.

O outro ponto, e aí para a Marcela e para o Vereador Fabio Riva, é assim, eu tenho 30 anos de serviço público, eu conheço essa Casa todo esse tempo, e o decoro sempre foi algo muito caro para todos os Vereadores. É ensurdecador o silenciamento da gestão e de vocês, com a falta de decoro que a gente vê aqui cotidianamente, por gente que chama a mim, trabalhadora da saúde de vagabunda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Luana Alves tem a palavra. Quero registrar a presença da Vereadora Amanda Paschoal, Vereador Rubinho Nunes, Amanda Vetorazzo, André Santos, membro da nossa Comissão de Finanças e Orçamento.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Presidente. Bom, primeiro eu queria parabenizar e saudar todas as servidoras e servidores que, contra tudo e contra todos, estão vindo à Câmara Municipal, que é o seu lugar de direito. Antes de começar a minha fala, Presidente, eu queria muito repudiar, lamentar, a postura que a presidência da Casa está tendo em relação à participação da população no dia de hoje. A começar com a mudança do local da audiência, que era para ser lá no Salão Nobre, com mais 300 lugares, isso é inexplicável. Segundo eu estou vendo aqui, debaixo de onde eu estou, algumas dezenas de cadeiras vazias, aí na galeria. Não tem explicação para isso. É uma decisão, a meu ver, autoritária, lamentavelmente, do Presidente da Casa.

Pior, eu estou desde a manhã recebendo denúncias, e diversos Vereadores estão recebendo, de que estão se parando ônibus das DREs para chegar até aqui à Câmara Municipal de São Paulo. Eu queria informar o seguinte, eu discuti com o jurídico do meu mandato, a gente vai fazer requerimento de informação oficial para a Prefeitura para saber quais são os autos de infração de ônibus fretados nas regiões, que nós recebemos denúncias dos últimos 30 dias. Por quê? Porque esse dado é um dado que é oficial da Prefeitura. Se ficar comprovado que hoje teve uma operação especial para tirar ônibus fretados supostamente irregulares, que destoem do último mês, está comprovada uma prática antissindical da Prefeitura. É isso que eu queria dizer para vocês. Eu peço para todos os sindicatos que tiveram essa situação, dos ônibus das DREs estarem sendo parados, Ricardo Nunes acho que aprendeu com o amigo dele, Jair Bolsonaro, inelegível, futuro presidiário do Brasil, aprendeu com Jair Bolsonaro a utilizar as Forças de Segurança para o seu próprio interesse. Está lamentavelmente utilizando a GCM, que também é prejudicada por essa bizarrice desse reajuste, entre aspas, como se fosse a PRF que o Bolsonaro fez lá na eleição. Tentando barrar, utilizando a questão de trânsito para o seu próprio interesse político. Isso é uma vergonha. A gente vai reivindicar, essa é uma informação oficial,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 47

REUNIÃO: **21073** DATA: **29/04/2025** FL: **46** DE 102

eu como Vereadora tenho o direito de pedir quais são os autos de infração, as fiscalizações sobre os fretados no último mês. Se tiver diferença para o dia de hoje, a Prefeitura vai ser processada por prática antissindical.

Agora, para falar um pouco do projeto, rapidamente, Jair, é evidente o que está acontecendo aqui, gente. A Prefeitura teve um aumento real da arrecadação, não é um aumento apenas inflacionário, e não está repassando essa arrecadação para os servidores. A questão é muito simples, mesmo numa lógica neoliberal que eles têm, não existe situação financeira ruim na Prefeitura. Pelo contrário, a porcentagem do gasto, enfim, do que se gasta em Folha de servidor, diminuiu em termos percentuais nos últimos anos. Então não tem valorização nenhuma. É uma vergonha isso. É necessário que esse projeto não seja votado hoje. É para isso que nós vamos atuar de forma muito firme pelas bancadas da Oposição.

Então, eu vou falar agora rapidamente um recado para os Vereadores da Base. Eu estou terminando rapidamente, Presidente. Vereadores da Base, do Governo, o Prefeito precisa mais de vocês do que vocês precisam dele. Vocês têm toda a capacidade de se ausentar, de não estar presente, de não dar quórum. O que vai acontecer se isso acontecer? O projeto vai voltar para o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, por favor, Vereadora Luana.

A SRA. LUANA ALVES – Ele vai ser obrigado a trazer uma proposta melhor. É simples assim. É plenamente possível. Isso já aconteceu várias vezes na Casa. Vocês têm a capacidade de fazer isso. Por favor, estaremos juntos. Força aos servidores aqui de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou chamar três servidores, em seguida, Vereador Eliseu Gabriel, Robson Antônio Moraes, em seguida, Laodiceia Reis, e, depois, o Cláudio Souza. Três minutos, rigorosamente, por favor.

O SR. ROBSON ANTONIO MORAES – Boa tarde a todos e a todas. Sou o professor Robson, professor da DRE Freguesia/ Brasilândia. Eu acordei muito cedo para estar presente aqui hoje. Eu quis entrar na Casa do Povo. Eu acredito que aqui é a Casa do Povo. Pelo menos, ainda é a Casa do Povo. E eu gostaria de expressar aqui toda a minha indignação. O que foi

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 47 DE 102

falado anteriormente pelos líderes sindicais, Cláudio, Claudete, Andreia, eu faço coro como todo mundo que está aqui. É claro que nós todos merecemos reajustes que sejam dignos, justos. Isso é óbvio, com toda certeza.

Entretanto, o que me motivou a vir até aqui foi a indignação. Porque, como eu comecei no início da fala, aqui é a Casa do Povo. O povo elege os Vereadores para trabalhar pelo povo. E nós, docentes, professores, servidores, que são diversos segmentos, nós todos somos do povo também. Nós não estamos fora do povo. Então, a sensação, a indignação que eu tenho é assistir às ofensas que foram dirigidas a nós. Desacato. Desacato a funcionário público é crime. E parece que muita gente se esquece disso. A minha indignação maior ainda foi quando, naquela quarta-feira da primeira votação, o Presidente da Mesa, o Ricardo Teixeira, ele simplesmente não fez nada quando as ofensas vieram para nós. Quando o Vereador disse que tinha uma servidora fazendo um gesto obsceno ou coisa do tipo, mais do que depressa, mandaram tirá-la de lá. Coitada, deve ser perigosa, afinal de contas. Servidora causa medo, não é possível. Agora, as ofensas dirigidas a nós, não houve nada. Não aconteceu nada. Absolutamente nada. Então, está mais do que na hora de se tomar providências. A gente não pode, ou melhor, os Vereadores não podem confundir imunidade parlamentar com impunidade parlamentar. Não pode. Isso é um desacato. Nós não estamos aqui para sofrer esse tipo de desacato.

Se nós entramos em greve, e diga-se de passagem, greve está na Constituição, nós somos amparados democraticamente pela Constituição. Se estamos em greve, é porque não estamos satisfeitos com o tratamento a qual nós recebemos. Ainda faltam 30 segundos, certo? Então, é isso que eu falo. Nós não podemos sofrer esse desacato. Alguns Vereadores levantaram placas nos ofendendo, dizendo “greve e vagabundagem”. O Rubinho Nunes, a Cris Monteiro, o Lucas Pavanato, a Amanda Vetorazzo, que faz aniversário hoje, que eu pesquiso, estou sabendo. Todos esses, o Adrilles, eles cometeram um desacato conosco. Sindicatos, vamos subir isso para a Rede Globo. Vamos mostrar o desacato que eles fizeram conosco. É isso, desacato não!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quando eu solicito a conclusão, é considerando que faltam 30 segundos, só para explicar. Eu não posso pedir para concluir depois que estoura o tempo. Obrigado pela compreensão.

A SRA. LAUDICEIA REIS – Eu sou Laudiceia Reis, sou agente de endemias da cidade de São Paulo há 13 anos. Quero cumprimentar a cada servidor e servidora que está aqui. Dizer que, para a gente, é muito triste o que está acontecendo nesta Casa, que não é mais a Casa do Povo já faz muito tempo, em que os trabalhadores são desrespeitados cotidianamente. Eu gostaria de desafiar a cada um dos Vereadores que disseram que greve é vagabundagem a conseguirem viver com o salário que a gente tem hoje. Eu desafio vocês a parcelarem o salário de vocês também, já que vocês estão preocupados com as finanças. Parcela o vale-refeição de vocês, parcela o reajuste de 37%. Eu desafio a Marcela, ao invés de oferecer um curso de finanças, viver com o salário que a gente vive todos os dias.

Também quero desafiar que vocês passem um dia de plantão dentro de um hospital sem condições de trabalho, que passem o dia numa sala de aula cheia de criança para ver se vocês aguentam, ou que vocês andem numa ambulância do SAMU sem ar-condicionado. Quero também desafiar vocês a beberem água do Martinelli, porque os servidores foram obrigados a beber água com cocô, porque essa gestão não cuida dos seus trabalhadores. Então é muito fácil chamar de vagabundo. Eu quero ver vocês fazerem o que a gente faz com as condições que a gente tem. Então a gente exige respeito, a gente tem que ser respeitado, porque não é possível que dentro da Câmara de São Paulo a gente tenha que lidar com moleques que eu tenho certeza de que nunca trabalharam na vida, que acham que podem chamar a gente de vagabundo. Então eu desafio a esses moleques, Rubinho Nunes, Lucas Pavanato e essa galera da MBL que vai lá fora provocar trabalhadores a trabalharem um dia. Eu desafio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu tiro a sua palavra e chamo Claudia Souza. Não vamos aceitar de um lado ou do outro, essas ofensas. Você chamou de moleque e não está autorizada. Eu quero Claudia Souza para falar agora, em seguida o Vereador Celso Giannazi. A palavra, Claudia Souza. Não vão me desestabilizar nessa presidência. É uma presidência divina.

Já chamei. Eu passei a palavra para a Cláudia Souza. Cláudia tem a palavra.

A SRA. CLAUDIA SOUZA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e todas aqui no plenário, mas também boa tarde a todos e todas que estão na rua. Bravamente hoje, novamente numa ação para defender os serviços públicos. E aí eu queria rechaçar essa atitude da Mesa em relação às nossas falas, porque quando nós somos os ofendidos, a fala não foi cortada. Muito pelo contrário, os que continuam falando, difamando a nossa profissão, estão aqui debochando da mesma forma hoje. Então que a Câmara, que a Mesa Diretora tome as atitudes necessárias para também responsabilizar aqueles que vêm aqui nos ofender cotidianamente.

E aí eu queria dialogar com os representantes aqui do Governo que iniciaram a fala dizendo da valorização da educação no último período pelo Governo. Queria perguntar, abram aqui então os números para nós, estamos curiosos, tanto aqui dentro do plenário, como lá na rua, quais são os valores que já tem em caixa dos 14% confiscados dos trabalhadores da ativa e aposentados? Quantos milhões estão em caixa? Onde está esse dinheiro e onde ele está sendo investido? Esse é um desafio para essa Câmara mostrar para nós.

O outro: que nos digam que investimento ocorreu com a redução das verbas do PTRF nas unidades escolares. Que tipo de valorização é essa? Que tipo de valorização é essa em que, nas CEIs diretas, as redes que fornecem as toalhas nos estipulam que devemos usar uma toalha por atendimento às crianças que ficam 10 horas em atendimento com as educadoras? É essa a valorização das profissionais que nesse começo de ano tiveram que tirar dinheiro do bolso para comprar lencinho umedecido para garantir atendimento de qualidade para os bebês? É essa a valorização?

E, mediante esse esforço desses e dessas que todos os dias levantam às cinco horas da manhã para estar nos seus locais de trabalho, o governo faz essa proposta vergonhosa, vergonhosa, de 2,61% de reajuste e não está nem aí para conversar conosco, porque é um covarde. Está em viagem ao Japão, se recusa a conversar, se recusa a olhar nos nossos olhos e a negociar de maneira madura, como deveria fazer um gestor público.

Nesse sentido, a todos e todas que estão na rua e no plenário: vamos seguir na

pressão e vamos seguir desmascarando esse governo para a comunidade escolar, porque esse papel, a nossa greve já cumpriu. Hoje ninguém mais cai nessa lenda urbana do governo que a educação é valorizada, que os serviços públicos são valorizados, porque nós estamos sofrendo quotidianamente as mazelas desses repasses irregulares das verbas públicas para a iniciativa privada. E nós vamos continuar lutando pelos serviços públicos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio a presença dos Vereadores Silvinho Leite, Sansão Pereira e Nabil Bonduki. O Vereador Marcelo Messias está *on-line*.

Próximo orador, Vereador Celso Giannazi, por três minutos.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde, senhoras e senhores, servidores públicos presentes na galeria da Câmara e servidores que estão lá fora, aos milhares. Gostaria de parabenizar, por essa grande mobilização, as entidades sindicais. Cumprimento os componentes da Mesa: meus colegas Vereadores, a Secretária de Gestão e o Secretário de Educação.

Muitos falaram, as representações sindicais trouxeram dados, mas é bom que tragamos dados, porque a Secretaria de Fazenda, que é responsável pelo recurso público na cidade de São Paulo, vai falar também. E quando os representantes do governo vêm à tribuna falar que não há recurso, não é verdade. Temos que trazer os números do orçamento. O comprometimento da receita com o pagamento de servidores públicos dos últimos 10 anos, no seu melhor momento, foi de 28,37%. Esse é o melhor momento que tivemos de recurso público, e o mínimo comprometimento com os servidores públicos. Então, há recurso.

Próxima tela, por favor. A Câmara Municipal aprova, todos os anos, o orçamento da cidade de São Paulo, e sempre com valor abaixo do que de fato arrecada. Nos últimos anos – 2022, 2023, 2024 -, houve quase 10 bilhões de reais de diferença entre o que é aprovado pelos Vereadores e Vereadoras e o que é de fato arrecadado pela cidade de São Paulo. E neste ano, a mesma coisa: temos, aprovados, 125 bilhões de reais no orçamento e, ao final, teremos quase 135 bilhões de reais; ou seja, quase 10 bilhões de reais a mais.

O que os servidores estão pedindo representa 0,5% desse excesso de arrecadação para trazer a inflação para o ano de 2025. Não dá para aceitar que tenhamos 2,6%, que o Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 52

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 51 DE 102

ache normal que o conjunto dos servidores tenha apenas 2,6%. Dentre os servidores que estão na galeria e dentre os milhares que estão lá fora não há nenhum vagabundo. São todos trabalhadores e estão no seu direito constitucional de fazer greve. E fazem greve porque as condições de trabalho são precárias, porque as condições salariais são precárias, porque não têm recomposição salarial. No ano passado, a inflação foi de 4,85%, Nesta Casa, votamos contra isso, mas o Prefeito Ricardo Nunes concedeu apenas 2,16%, metade da inflação, e quer dar o mesmo índice novamente neste ano.

O conjunto de servidores não aguenta mais essa precarização. Também, Sr. Presidente, queremos repudiar a atitude lamentável do Prefeito de bloquear ônibus de servidores públicos que queriam estar em frente à Câmara Municipal para sua manifestação legítima. Não vamos, nesta Casa, no dia de hoje, aceitar que servidores, professoras, professores sejam ofendidos. Saia lá fora, Presidente, onde há milhares de servidores, milhares de aposentados e pensionistas que sofreram confisco em seus salários.

Pude ver o holerite de um servidor que, após ter trabalhado 40 anos na prefeitura de São Paulo, recebe um salário de 2,8 mil reais. E o Prefeito Ricardo Nunes, de forma covarde, tira desse trabalhador 14% dos seus vencimentos, impedindo que ele sobreviva.

Sr. Presidente, estamos falando da maior cidade da América Latina. Por isso, não dá para aceitar que a discussão seja feita dessa forma. Os números estão colocados, a Secretaria de Fazenda está presente. Não dá para aceitar que o argumento técnico seja este: que não há dinheiro. O que está sendo dito pelo Prefeito Ricardo Nunes é que ele não reconhece os servidores, a importância que eles têm. Essa é uma decisão política, não financeira, quando o Prefeito Ricardo Nunes ataca o conjunto dos servidores e não faz a valorização que deveria fazer.

Então, no dia de hoje, Sr. Presidente, o conjunto dos partidos de Oposição tem condições de apresentar um substitutivo e corrigir esse valor, fazendo a correção inflacionária justa para o conjunto de servidores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima, Luana. Em seguida, Laura Cymbalista

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 52 DE 102

e Maria Mota. Depois, Vereador Eliseu Gabriel

A SRA. LUANA ALVES – Começo dando um boa-tarde a todos os meus colegas, companheiros e companheiras que estão lá fora neste momento e aqui dentro; a cada servidor e servidora.

É muito difícil manter os ânimos depois do que aconteceu na última sessão nesta Casa, quando fomos ofendidos por diferentes Vereadores e Vereadoras. Mas, se aqui não tem negociação, que é o que a gente espera, do lado de cá não vai ter arrego (palmas). Porque não vamos aceitar as condições de trabalho, como foi dito, às quais estamos submetidos todos os dias, seja nas escolas, nas CEIs, nos hospitais, nas UVS, em cada unidade de trabalho e equipamento público dessa cidade. O teto de uma CEI caiu em Cidade Tiradentes. E sabem qual foi o reconhecimento para essa professora que sustentou o estuque nas costas para tirar as crianças? Penalização com a JEIF, penalização com o decreto de férias.

É essa a política que está colocada. E aqui, Marcela, não tem número que justifique, e os números foram dados. Não tem número que justifique um parcelamento de 5%. Vereador Riva, até o Tarcísio conseguiu ser melhor. Porque, embora insuficiente, o cara ofereceu 5%; que sabemos ser insuficiente pela defasagem dos colegas do Estado e pelas mesmas condições que enfrentam, de uma política privatista e de terceirização.

Aqui não há quebra de paradigma; o nome disso é arrocho salarial. E é isso que nós temos que dizer, porque a pauta dos servidores é extensa, e não há, Marcela, uma linha sequer sobre o restante da pauta, que trata das condições de trabalho, das condições que nós enfrentamos todos os dias lá na ponta para garantir um serviço de excelência. (Palmas)

Um serviço de excelência para o qual há reconhecimento nem pelo Ricardo Nunes nem pelos Vereadores desta Casa. Então, não é possível que, por mais um ano, continuemos com um reajuste pífio - ou brincadeira de reajuste -, Riva. É impossível conviver com um VA, com um VR de 29 reais enquanto os companheiros desta Casa ganham um valor de 82 reais. E nós não somos contra, só nós queremos isonomia. Nós também queremos vale nutricional para os nossos aposentados que estão amargando 14% de confisco. (Palmas) Nós também

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 53 DE 102

queremos a recuperação dos direitos, porque se para nascer está caro, com a privatização do Serviço Funerário, está mais caro ainda para morrer, e esta Casa tem responsabilidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Luana. Agora, Laura Cymbalista. Sem seguida, Maria Mota.

A SRA. LAURA DE CARVALHO CYMBALISTA - Eu quero saudar, primeiro, o conjunto do funcionalismo público em greve, apesar de todas as ameaças que essa prefeitura faz diariamente, pois já judicializou. Nenhum governo até hoje fez o que vocês estão fazendo em relação à perseguição do nosso direito. E sabem por que vocês fazem isso? Porque a gente vem aqui dizer que servidores e servidoras são as pessoas que garantem a efetivação do direito para a população, apesar de vocês, apesar do pouco investimento, apesar da falta de respeito, apesar do monte de burocracia e gerencialismo que vocês fazem para nos controlar e nos impedir de fazer o nosso trabalho.

Não adianta virem hoje – e gostaria muito que vocês me convencessem do contrário -, com a fala mansa da quebra de paradigma, de que vocês nos respeitam e nos valorizam; mas não fazem nada quando a base de apoio desse governo nos esculhamba totalmente, dizendo que somos vagabundos. A resposta de vocês, que mostra que vocês nos valorizam, é retirando esse projeto e fazendo uma negociação de verdade.

Quero falar de duas violências que a gente sofre. A primeira é esse escárnio de um projeto de lei no meio de uma campanha salarial em que vocês estão negociando, supostamente conversando com as nossas entidades. Vocês pararam a conversa dizendo que estão pensando nos números, mas encaminharam um texto para a Câmara. Isso, sim, é uma violência, é uma postura antissindical, é autoritário, é errado.

A segunda violência, e eu quero falar, é ignorar a nossa pauta sobre condições de trabalho. Até quando vocês vão se calar em relação a isso? Eu trabalho na EJA - Educação de Jovens e Adultos, e o direito da população de São Paulo jovem, adulta e idosa de estudar está sendo negado porque vocês têm uma política de fechamento de sala e de não investimento na EJA. (Palmas)

Eu quero falar, porque também é assunto nosso, sobre a limpeza e a merenda nas escolas. Vocês tocam o processo da privatização com empresas que não pagam os salários, não pagam o benefício; e não vejo nenhum Vereador com plaquinha xingando esses empresários. É tarefa de vocês, sim, olhar para isso, não deixar que aconteça.

E, para terminar, a gente está aqui para discutir muito mais coisa. A quebra de paradigma de vocês é ignorar que temos que discutir como está o posto de saúde, como está a escola, como estão as diversas frentes dos servidores públicos. E a gente está aqui para dizer que não: que tem que retirar, tem que discutir, tem que fazer o mínimo, que é repor a inflação. E vocês têm que defender os serviços públicos e respeitar os servidores valentes que estão presentes. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima oradora, Maria.

A SRA. MARIA MOTA - Boa tarde a todos, todas e todes. Eu sou Maria Mota, sou assistente social, componho a direção do Sindsep. A emoção sempre nos toma quando a gente vem a esta Casa, e, para não deixar que ela me domine por completo, eu escrevi algumas coisas para dizer aos senhores e senhoras Vereadoras.

Primeiro, eu queria falar sobre valorização. O que é essa valorização? O que significa essa palavra? A vida não é parcelada, minha gente; a vida é agora. Nós comemos agora, nós pagamos aluguel agora, nós custeamos a nossa vida agora. Não podemos parcelá-la. Somos nós que temos que dar resposta nas nossas unidades de trabalho às Marias, aos Joões, aos Franciscos, às Margaridas, aos Joaquins, seja na educação, na saúde, na cultura, em qualquer lugar onde atuemos.

Nós vivemos, em nosso dia a dia, o desmonte das políticas públicas - nós todos -, mas nós seguimos. Além de dizer os “nãos”, nós vamos seguindo dizendo também um tanto de “sims”, com o nosso jeitinho de atuar. Vocês sabem que tantos de nós trabalhadores - além das canetas, sulfites, gizes - comprem também protetor solar para poder trabalhar nas ruas? Vocês sabem que compramos água, porque não tem água nas nossas unidades? Vocês sabem que

nós compramos cadeira porque não há condição de usarmos as que temos, pois elas nos machucam? Vocês sabem que até teclado já compramos nas nossas unidades de trabalho? Vocês sabem, por acaso, que existem unidades de trabalho onde só há dois trabalhadores por turno – um fica na recepção, enquanto o outro vai ao banheiro -, que se revezam para atender a população? Vocês sabem que há equipes que estão se revezando no adoecimento por *burnout*?

É assim que nós estamos vivendo. Vocês sabem que tem servidores aposentados que antes atendiam e hoje estão sendo atendidos pela assistência social? Decididamente, esse não é o perfil de vagabundos e vagabundas. (Palmas) Esse é o perfil de trabalhadores comprometidos com o serviço público, com esta cidade e com a população. O serviço público passa por minhas mãos finas e pequenas. Passa pelas mãos das mulheres maiores do que eu, mulheres iguais a mim, homens maiores ou menores, mas passa por nossas mãos.

A greve é um direito nosso de fato, mas, para chegar a esse ponto, significa que nós fomos atacados e violentados. E é assim que nos sentimos quando um projeto que se diz de valorização nos desvaloriza, desconsidera as nossas pautas e ainda nos ataca com um parcelamento totalmente indignante. Portanto, não podemos aceitar esse projeto. Que haja valorização de fato, que haja previsão de concurso público, retirada do confisco dos aposentados, climatização das unidades, melhores condições de trabalho, incorporação dos abonos, valorização e reajuste real. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já considero que até às 14 horas, se não houver o declínio de pelo menos 10 oradores, nós não vamos conseguir concluir. Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa tarde. Boa tarde. Primeiro, quero saudar essa multidão que está na frente da Câmara. Saúdo essa multidão. (Palmas) Parabéns pela mobilização. Parabéns ao Sinpeem, ao Sindsep, à Aprofem, ao Sedin, ao Sinesp e às várias outras entidades presentes; aos trabalhadores da prefeitura, engenheiros, professores, diretores, enfim, a todos os presentes. Incrível.

Estou lembrando de que nós tivemos aqui uma grande mobilização alguns anos

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 56 DE 102

atrás, ocasião em que eu falei: nunca mais vai ter igual. Tenho visto que as manifestações têm sido boas, mas hoje está igual ou até maior do que aquela. Parabéns mesmo. (Palmas)

Uma coisa impressionante, que a gente precisa entender, é que se a gente quer democracia, a gente precisa ter direito de greve. A gente precisa ter direito de reivindicar uma vida melhor. A gente precisa ter direito de reivindicar serviço público de qualidade para todos. E digo uma coisa: é um milagre o que é feito na cidade de São Paulo pelos professores, pelo pessoal da saúde, pelo pessoal da educação como um todo - não só professor, mas engenheiros e outros servidores. Todos os quadros da Prefeitura fazem milagre, fazem um trabalho de alta qualidade, apesar das dificuldades que existem, porque é muito fácil.... Eu sou professor, por exemplo, já dei aula em ensino público muito, muitos anos. As pessoas falam assim “Ah, mas colégio tal particular é muito melhor, a nota é muito melhor”... Vai trabalhar com a dificuldade que existe com esses alunos que vêm de famílias do jeito que vêm. Esses alunos crescem muito na mão desses servidores públicos que lutam, que trabalham, que se dedicam com alma, com sangue, para fazer um serviço público de qualidade. Eu preciso entender por que essa dificuldade de não dar pelo menos a inflação e mais alguma coisa. Não é possível. Por que 2,6%? Por que isso?

A cidade de São Paulo já não tem mais dívida pública. A última foi resolvida com o campo de Marte. Eram 25 bilhões, trocou a dívida por 25 bilhões, ponto. O Campo de Marte é agora do Governo Federal e a Prefeitura não tem mais dívida com o Governo Federal. Então, não falta dinheiro.

E precisa entender o seguinte: obra é importante? É, mas mais importantes são serviços. Quero ver se o serviço de educação, de saúde e de outros baixam de qualidade ou entram em colapso, como é que vai ser a revolta da população? “Ah, não fez um viaduto, não sei o que...”, a revolta é grande, mas se o serviço não for de qualidade, o Sr. Sr. prefeito, quem está governando vai estar na maior fria. A mobilização é intensa.

Quer dizer, não é possível não entender que precisamos ter respeito com os funcionários públicos. E, realmente, o que aconteceu na CMSP foi lamentável, mas temos que entender que temos que continuar fazendo, tendo essa presença que as pessoas têm aqui.

Vi os discursos de vocês. Incríveis! Pessoas conscientes, sabendo o que está por trás disso, essa ameaça de privatização do serviço público. Tudo o que privatizou, todo o serviço essencial que privatizou, deu errado! Deu errado! Deu errado fora do Brasil e aqui no Brasil. Deu errado com a Enel, deu errado com a Sabesp. Agora vocês viram que a Sabesp fez? Aumentou em 600% o salário de meia dúzia e piorou o serviço. Sucateou o serviço.

Tudo que é privatizado... Vejam o que acontece na saúde. Vejam o que pode acontecer na educação, os absurdos que podem tender... Serviço público essencial tem que ter concurso público, tem que ser dirigido, tem que ser feito por servidor público. É isso aí.

Peço, então, que vocês retirem este projeto ou se vem, venham para uma negociação. Não é possível do jeito que está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Obrigado, Sr. Eliseu. Correto.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Uma observação, vamos precisar da presença tanto do nobre Vereador Eliseu Gabriel como da nobre Vereadora Luna Zarattini, bem como do nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, até para fazer esta defesa lá no Colégio de Líderes.

Então, se vocês me permitem, eu vou....

E da nobre Vereadora Marina Bragante também. Então, Professor Toninho Vespoli...

Conversei aqui com os nobres Vereadores.

Professor Toninho Vespoli; em seguida, a nobre Vereadora Luna Zarattini; posteriormente, todos os Líderes; e a nobre Vereadora Marina Bragante.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Então, boa tarde a todos e todas.

Primeiro, eu queria ressaltar isto aqui. O que está acontecendo nesta Casa não é por conta aqui do Sr. Presidente desta audiência pública, mas de nós não estarmos fazendo esta audiência em um lugar apropriado, onde os servidores públicos possam participar.

A audiência pública é para o povo falar. Não é para ficar colocando mordaca na boca de servidor nenhum. Essa já é uma coisa. Outra coisa: eu não tenho medo de servidor. Eu ando sozinho nas favelas da cidade de São Paulo, sem nenhum segurança. Eu não tenho medo dos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 59

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 58 DE 102

servidores ficarem aqui embaixo, porque sei que eles têm educação e vão tratar Vereadores e Vereadoras, apesar da divergência em educação.

Então para mim, isolar o servidor porque tem medo de servidor, é só quem não anda na cidade de São Paulo porque tem medo do povo e das pessoas.

Eu não poderia deixar de falar uma coisa. Isto para mim... não vou chamar de farsa, porque seria um nome muito pesado. Mas, vamos colocar os pingos nos "Is". Aqui não teve uma negociação de fato. Eu participei das assembleias e quando os dirigentes sindicais desciam, eu falava assim "Vocês foram recebidos por quem?". Geralmente, ou quase todas as vezes foram recebidos por pessoas que não tinham autonomia de decisão.

Isso não é negociação. Negociação é falar com aquele que tem autonomia de decisão, ou seja, a imprensa tem que saber, porque não adianta o Governo vir falar que estava negociando, se não estava. Não tem negociação; manda o projeto para cá, sem nenhuma negociação; faz uma audiência pública.

Antes tínhamos duas audiências públicas, agora reduziu para uma e trata os servidores assim, apartados das pessoas que estão aqui embaixo. Para mim isto é uma farsa, porque negociação é escutar o servidor e estar aberto ao diálogo. E tenho certeza que eu não vou tratar também o Governo como um bloco só, porque sei que tem diferenciações no Governo. Tenho certeza que neste tem pessoas que quer dialogar e ter outra proposta. Não dá para o Secretário da Fazenda mandar no Governo e só pensar em dinheiro. Não dá para ser assim.

E outra, aqui já foi mais que falado que dinheiro tem. Estamos batendo recorde de arrecadação, e eu gostaria de escutar do Governo os motivos de não ter o dinheiro para valorizar o servidor público. Até agora eu não escutei isso. Para mim, a audiência pública serve para entender qual é o caixa da Prefeitura e porque não consegue dar o reajuste que os servidores merecem.

Agora, no fim, vai acabar esta audiência pública, e o Governo falando mais ou menos o que quer. Não vamos conseguir saber, nem discutir as contas, porque fica fácil - sem discutir as contas - o Governo falar que não tem condição nenhuma de dar o aumento. Então, não tem condição de tratar as pessoas e tratar a Câmara Municipal deste jeito.

E, eu queria terminar falando o seguinte: eu sou servidor público. Vagabundo é Vereador e Vereadora que só tem mandato; que não faz outra coisa, que não visita a escola, não visita a UBS, e -

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 60

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 59 DE 102

simplesmente - coloca todos os assessores de comunicação para ficar lacrando na internet. Então, vagabundo é Vereador e Vereadora que não faz nada pela cidade de São Paulo e só sabe lacrar na internet. Esses são vagabundos.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. Próximo orador, a nobre Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Boa tarde a todos e a todas.

Queria saudar os servidores públicos, os sindicatos presentes nesta Câmara, mas - principalmente - saudar os milhares de servidores que estão na fora da Câmara que foram impedidos de estarem aqui.

É inaceitável que a Casa do povo não abra as portas para que o povo entre.

Poderíamos estar fazendo esta sessão no Salão Nobre, que tem muito mais capacidade. Mas, estamos aqui porque incomoda a luta dos servidores para alguns Vereadores desta Casa.

É inaceitável que tenhamos essa tentativa de cercear os servidores, a manifestação, a mobilização, porque a única coisa que o povo tem é sua voz, a única coisa que o povo tem é a mobilização. Então, esta é uma ação antidemocrática que precisamos denunciar e que não aceitaremos.

Queria dizer que temos um imenso orgulho dos servidores e das servidoras; que temos um imenso orgulho, porque talvez alguns Vereadores desta Casa não saibam que são vocês - no dia a dia -, que garantem os serviços públicos de educação, de assistência, de saúde para as nossas crianças, para os jovens, para os idosos, para a população, no geral.

E, dito isso, não vamos aceitar que o direito de greve seja atacado, que os servidores sejam penalizados e tão pouco que sejam ofendidos nesta Casa e nem que sejam chamados de vagabundos. É uma falta de respeito e nós não aceitaremos calados essa falta de respeito proferida, ofensas contra os servidores.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 61

REUNIÃO: **21073** DATA: **29/04/2025** FL: **60** DE 102

E, aqui, Líder de Governo, faço um apelo para os Secretários presentes, para que voltem com o diálogo e reabram a negociação, uma vez que 2,6% de reajuste não contemplam os servidores públicos porque estão abaixo da inflação.

As condições de trabalho, como está sendo colocado aqui nesta audiência são inadequadas. O reajuste parcelado é algo ilógico, porque nos últimos quatro anos... e, não são os Vereadores de Esquerda que estão falando isso... a própria Secretaria de Fazenda, disse que a arrecadação foi superior. A Prefeitura de São Paulo está arrecadando em excesso, e por que com este excesso não paga os servidores públicos?

125 bilhões de reais em caixa neste ano, em janeiro e fevereiro subiu 17,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por que não pagar os servidores e as servidoras públicas que têm o direito de estar em greve e têm o direito de mobilizar e que necessitam desse reajuste?

O mais adequado seria... Líder de Governo... e, também, falando com a Prefeitura de São Paulo, retirar o projeto no dia de hoje para retomar este diálogo e retomar esta negociação. Nós do Partido dos Trabalhadores e da Bancada do PSOL apresentamos um substitutivo aqui nesta Casa para que tenhamos condições melhores de negociação, reajuste acima da inflação, e para que tenhamos sim um diálogo e um debate franco com os Vereadores desta Casa, porque o que estes fizeram na primeira votação foi votar arrocho salarial, e isso não é possível, não deve ser aceito por nenhum de nós na Câmara Municipal.

Peço que a Prefeitura de São Paulo coloque a mão na consciência e não faça o que está fazendo. Volte a dialogar com o povo, com os sindicatos, com os servidores municipais, porque são estes que garantem os serviços públicos e as políticas públicas. E, vocês merecem a nossa homenagem, o nosso orgulho, pois vocês que nos representam.

Muito obrigada por estar em luta. Saibam que aqui tem Vereadores e Vereadoras que não nos se calarão diante desse absurdo da Prefeitura de São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, nobre Vereadora Luna.

Próxima Nobre Vereadora, Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Boa tarde a todas e a todos aqui presente, e a todos nas ruas da Câmara Municipal que estão protestando pelos seus direitos.

Eu quero começar dizendo um pouco do que já foi dito, que não estamos num ano normal. Não estamos. O orçamento da cidade de São Paulo em 2025 é de 125 bilhões de reais. É o maior da história da nossa cidade e tem previsão de maior e maior e maior nos próximos quatro anos.

Isto não é só o número, vem sendo reafirmado pela Prefeitura em todas as audiências públicas do Plano de Metas. O orçamento é mostrado para a população, deixando claro o quanto temos de recurso em caixa para fazer a nossa cidade melhor.

Foi a Secretária de Gestão, Marcela Arruda, quem afirmou - em audiência - que o aumento de receitas permite melhorar a qualidade dos serviços públicos. Foi o Secretário da Fazenda, Luiz Felipe, quem confirmou que a cidade vive um período de solidez financeira, com superávit e projeção de orçamentos crescentes nos próximos anos. Ou seja, não estamos falando de uma dificuldade orçamentária, como tivemos como exemplos na cidade nos últimos anos. Estamos falando, muito pelo contrário, em tranquilidade financeira e com previsão de orçamento recorde para os próximos quatro anos.

Dito isso, nesse contexto, o que estamos discutindo não é um aumento salarial, é a reposição do poder de compra de quem cuida da população de São Paulo todos os dias: dos profissionais da saúde, dos profissionais da educação. E o dinheiro que é da cidade precisa voltar para cada cidadão e cidadã. É para isso que trabalhamos. Pois bem, como melhoramos os serviços públicos? Com remuneração adequada para os servidores, com qualificação, com escuta e com participação. E estamos falhando como cidade.

A relação do Governo e dos servidores não pode ser expressada dessa forma. É preciso escutar os servidores. Os servidores estão na ponta, eles vivem a cidade diferente do que vivemos aqui, nos nossos gabinetes, e nos gabinetes da Secretaria. Essa relação é importante para a cidade inteira e importa para os moradores de São Paulo.

Então, um ponto importante: o reajuste proposto aos servidores é de 2,61% para esse ano. A inflação oficial do período foi de 5,61%, ou seja, os servidores estão tendo perda salarial real de 3% num ano de orçamento recorde na cidade de São Paulo. E precisamos lembrar do que esta Casa já aprovou: o reajuste de 5,6% dos servidores da CMSP; o reajuste dos salários dos Vereadores, portanto, parece que estamos tratando de dois pesos e de duas medidas. Isso não pode.

Precisamos conseguir valorizar o regime tripartite, Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário são pilares da nossa tão importante democracia. Mas, não é justo que o Poder Judiciário tenha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 63

REUNIÃO: **21073** DATA: **29/04/2025** FL: **62** DE 102

salários médios superiores a 3mil reais, o Poder Legislativo tenha conquistado o seu reajuste e os servidores municipais que estão na ponta fiquem sem o mínimo, sem a reposição integral da inflação.

Eu quero fazer um recorte para deixar muito claro sobre o que estamos falando. É preciso deixar concreto para quem não está aqui sentado porque não participa do dia a dia, e não consegue necessariamente entender qual é a atenção que estamos vivendo. Estamos falando, por exemplo, de uma auxiliar de desenvolvimento infantil em São Paulo, que ganha em média 2.800 reais para cuidar de 15,20,30 crianças.

Os meus filhos estudaram em um CEI e em MEI, e sei muito bem do trabalho incrível que eles tiveram. Eles aprenderam e foi uma experiência muito importante para a minha família, e acho que talvez o que não tenhamos essa experiência, é o reconhecimento desta Casa, e de quem está nos gabinetes, da vivência do trabalho ofertado para as pessoas aqui na cidade.

É inaceitável que essas pessoas não sejam valorizadas com um salário digno.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Para concluir.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Quero pedir que de fato retiremos e instalemos uma negociação. Que possamos escutar além da audiência, mas sem estar junto, sem pensar junto porque pensar junto é melhor, faz diferença para a cidade. Estamos pedindo - pelo menos - a reposição da inflação.

Em um momento de Orçamento, como eu já disse e vou repetir, histórico da cidade.

Encerrando... desde o primeiro dia deste mandato, eu disse que eu lutaria pelas crianças e por quem cuida delas, pensando – claro - nas mães, mas pensando também em servidoras e servidores que estão trabalhando para garantir que essa cidade faça com que as nossas crianças se desenvolvam no seu máximo potencial. E, é assim que seguirei, defendendo quem cuida das pessoas e quem faz a nossa cidade funcionar.

Precisamos ter orgulho da cidade que moramos, e só conseguimos fazer isso garantindo que o serviço público atenda a população, principalmente a população que mais precisa do nosso trabalho. Valorizar os servidores é valorizar a cidade, é valorizar São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, nobre Vereadora Marina.

Próximo inscrito da galeria, Sra. Juneia Batista. Depois, o Sr. Marcos Manoel.

A Juneia é do Sindsep; Marcos Manoel da Aprofem; e Michele Rosa do Sinpeem.

Só a ordem. Obrigado.

A SRA. JUNEIA BATISTA – Então, meu nome é Juneia Batista, sou assistente social.

Está bom? Dá para ouvir? Vocês estão me ouvindo?

Eu sou assistente social aqui do município de São Paulo. E, para não sair muito, eu fiz também um pequeno texto.

Primeiro, queria saudar a vereança aqui presente, exceto aqueles que nos respeitam. Eu sou assistente social há 37 anos da saúde; trabalho há 50 anos, portanto, eu me recuso alguém dizer que eu sou uma vagabunda. Eu me recuso a aceitar isto. Estou muito brava com isto. Desde a semana passada, quando isto aconteceu, e exijo que esta Câmara faça uma audiência, sei lá o quê, para que esses Vereadores e essas Vereadoras se retratem de verdade conosco. Esta é a primeira coisa.

A segunda coisa é dizer que, sobre a questão do Confisco, sou assente social e não aposentei ainda porque eu estou no abono permanência, viu aos que me chamaram de vagabunda. Eu tenho 37 anos de Prefeitura, e já poderia estar aposentada há muito tempo. Não estou porque não dá para aposentar.

E ainda chamar as minhas colegas, meus colegas, todos os trabalhadores da saúde, minhas colegas assistentes sociais, os trabalhadores de endemias, os trabalhadores da educação, os trabalhadores do serviço funerário, os trabalhadores da guarda-civil municipal, enfim, todos os trabalhadores e trabalhadoras, não é justo que, depois, de 30 ou 35 anos – e a gente sempre fica mais do que esse período – não é justo nos aposentarmos e levar nas costas os 14%! Quando entrei na Prefeitura, pagávamos 5%!

Não me lembro exatamente agora, peço a quem for mais antigo que me ajude a recordar, pois do que me recordo pagávamos acho que 2% para o Iprem, ou ao contrário, e para o HSPM eram 3%, algo assim. Depois, fomos liberados de pagar ao HSPM, mas fomos surpreendidos com essa questão dos 14%, que é vergonhoso! É desumano! Sou assistente social até que vou me aposentar bem. Mas é vergonhoso com a trabalhadora de creche, é vergonhoso para um trabalhador de endemias, é vergonhoso para um trabalhador de serviço funerário que ganham menos, têm salários menores.

Então quero que vocês revejam isso, essa coisa do confisco, e também a questão da vergonha que é esse projeto, apresentado por esse *prefake* que está passeando enquanto a gente está “vagabundando” nas ruas de São Paulo.

Por favor, revejam isso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Agora, o Sr. Marcos Manoel.

O SR. MARCOS MANOEL DOS SANTOS - Boa tarde. Quero saudar a todos da Mesa, os nobres vereadores, o Bruno, nosso Secretário de Educação, a Marcela, Secretária de Gestão. Quero saudar todos os profissionais de educação, todos os servidores que estão na galeria. Também uma saudação especial aos pais de alunos e aos alunos que estão lá fora hoje gritando: “Respeita minha professora, respeita o meu professor”. Vejam, hoje, até os nossos nobres alunos e os seus responsáveis, Sr. Secretário, estão pedindo e exigindo respeito.

- Manifestação na plateia.

O SR. MARCOS MANOEL DOS SANTOS - Quero justamente começar falando sobre o respeito. Fomos desrespeitados nessa Casa. Exigimos, Bruno, e Sra. Secretária de Gestão, uma retratação. Os Vereadores representam Sr. Prefeito, então, exigimos, no mínimo, um pedido de desculpa.

Somos 92 mil servidores, profissionais de educação, professores, ATEs, merecemos, no mínimo, um pedido de desculpa. Os Vereadores que representam também o Sr. Ricardo Nunes não podem simplesmente vir nos desrespeitar, nos chamar de vagabundos, de drogados, isso não tem cabimento. É um tremendo desrespeito. Essa não é a valorização que está no PL 416.

Então, o primeiro ponto que queria colocar Bruno, é que sim, vocês também são responsáveis e exigimos oficialmente que seja feito um pedido de desculpa para essa categoria, para esses servidores que estão aqui dentro, para aqueles milhares que estão lá fora, eles exigem, no mínimo, um pedido de desculpa, uma retratação enquanto Casa, enquanto Casa dos Vereadores, Bruno, não admitimos esse desrespeito.

Somos trabalhadores, saímos às 5h da manhã para chegar às 7h e então abrir e atender os alunos, os bebês, as crianças nas unidades escolares. Não merecemos ser desrespeitados nessa Casa. O projeto dispõe sobre valorização, não é essa valorização que desejamos. Queremos, sim, um reajuste digno, acima da inflação e esse é o pedido que estamos militando: queremos o reajuste agora nessa primeira parcela de maio. A data-base é maio, mas queremos reajuste maior do que a inflação, no mínimo 12%, que seja ao menos 6% agora, nessa data-base.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, Marcos.

O SR. MARCOS MANOEL DOS SANTOS - Estou concluindo. Aproveitando a oportunidade que o Bruno está aqui, quero pedir também mais concursos. Bruno, precisamos de mais concursos. Tiraram o concurso de diretor, foi revogado; precisamos de concurso de professor, de diretor, de ATEs; precisamos de quadro de apoio; precisamos rever Bruno, as funções correlatas, tem profissional ATE, na escola, que está fazendo a função que é dos novos companheiros da saúde, tais como: colocação de sonda, traqueostomia. Então, precisamos rever isso também. Estão faltando profissionais na escola, Bruno, para atender os alunos com deficiência.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcos. Sra. Michele Rosa.

O SR. MARCOS MANOEL DOS SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tenho de acelerar.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Queremos ouvir todos e todas, enquanto V.Exa. Vereadora Silvia se dirige à tribuna, as chamadas on-line, Solange Salino.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Maristela Bayern Nepomuceno. Luba Melo. Flávia Nascimento. Aline Patrícia Avelino Ferraz. Lurdes Estevam de Araújo, mas a Lurdes já falou e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 67

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 66 DE 102

está presente.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, tem de estar inscrito de forma, (Pausa), bom, de forma *on-line*, eu risco. Luzia Barbosa Antunes Simões. Carolina Barbosa. Lisânea de Miranda Neves. Sérgio Henrique dos Santos. Ivanclea Vicente. Elisete da Silva Souza Nascimento. Fábio Ricardo Fernandes. Juliana Antunes Ferreira dos Santos. Amaury Silva. Sabrina Aveiro Reis. Diego Agostinho Dinkizuko. Aline de Toledo Francisco. Patrícia Acepi. Christian de Mello Sznick. Guilherme Sanches.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Presente, aqui. Então não está *on-line*.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ah, então passou. Estou fazendo a leitura *on-line*.

Então está presente, não está *on-line*.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Essa é só *on-line*. Débora Dimitrov. Ana Cristina Coutinho. Maria Nilda da Silva Lima. (Pausa) Vamos seguindo. Temos essa prerrogativa, temos de seguir a regra. Naiá Aparecida Fernandes de S. Ricuto. Andréa Thieme Ono. Priscila Luna de Toledo Simões. Maria Rosângela de Oliveira. Depois continuo.

Registrando: quem se inscreveu *on-line*, creio que está na sequência das inscrições presenciais. Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. (Pausa) Ah, Michele, desculpe, sim, chamei. Três minutos.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA- Muito boa tarde a todos e todas, aos nossos colegas dos CEIs, das EMEIs, das EMEFs, em CIEJAs, às autoridades presentes, à Secretária Marcela e ao Secretário Bruno.

Estamos vivendo a campanha salarial, lembrando da Lei 14.660, que dispõe no seu artigo 100 sobre a necessidade de reajustamento dos salários. Muito tem se falado sobre o RGA, mas é sempre muito importante trazer à luz que a educação tem verba específica nos 25%

destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino., portanto, é desse dinheiro que deve sair a incorporação dos 44% que já chegamos nos abonos complementares.

É importante que se dê abono complementar e tudo bem, embora preferamos o aumento salarial, mas em outros governos, quando foram aplicados, Secretária, depois, tivemos um calendário de incorporação. Essa não incorporação, pois tem de seguir o tal calendário, ela provoca uma distorção na nossa tabela. Somos os profissionais que construímos essa carreira da educação tal como ela é, ou seja, com desenvolvimentos na horizontal e na vertical, por isso, para nós é muito importante, é inegociável que os abonos complementares sejam incorporados, até porque, antes de mim vieram muitos. Foram aqueles que pavimentaram essa carreira da educação, lutaram para construí-la e aposentaram com direito a paridade. Porém, com a política de abonos, eles não são alcançados.

Nessa campanha salarial, a exemplo das anteriores, não descolamos a questão salarial da questão das condições de trabalho. Defendemos uma educação pública, laica, de qualidade social para todos e todas. É nesse sentido que percebemos, Secretário Bruno, que as aprendizagens podem ser melhoradas. Só que não vão acontecer com política de premiação, de bonificação. É por isso que é importante termos, na Rede Municipal de Ensino, condições para educar e para aprender. Não é possível que as pessoas adoecem em local de trabalho e a única política da Administração seja a suspensão da JEIF, diminuindo em 33% os salários das pessoas quando elas adoecem, exatamente quando estão mais vulneráveis e, portanto, precisam de mais dinheiro para tratar da saúde.

Temos um único hospital para tratar de quase 200 mil servidores aposentados e ativos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA - ...mas também os seus dependentes. Se não descentralizar o atendimento, não conseguiremos. Precisamos de uma política que não é a de colocar GCM da dentro da escola e, sim, colocar policiamento no entorno da escola. Lá na escola tem autoridade para fazer a coisa acontecer.

- Manifestação na plateia.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA - Ninguém nos perguntou se era assim. Temos disposição para construir junto com o Governo. Vamos sentar, vamos conversar, vamos fazer acontecer, porque precisamos de saúde, precisamos de condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA - Sabem aqueles equipamentos que foram destinados na pandemia? Beleza, ficaram...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA -... tanto tempo nas caixas, que não têm mais...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA – ...nem garantia, nem substituição. Então, por favor, vamos conversar e sair dessa campanha salarial com uma condição melhor para essa gente que faz...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok... Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA - ...a educação acontecer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

- Manifestação na plateia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Entrei por meio de concurso público na Rede Municipal de Ensino, em 2017. Antes, era da rede estadual. A primeira escola em que fui trabalhar era no Capão Redondo. Era uma escola do Capão Redondo, ela ainda está lá. Eu morava no Centro da cidade. Acordava todos os dias antes das 5 da manhã, pegava a primeira condução às 15 para as 6 para conseguir chegar na escola. Tomava 5 conduções. Eram 5 conduções para chegar na escola às 7h. E só saía da escola às 6:30 da tarde e chegava em casa às 15 para as 9, entre 8 e meia e 15 para às 9 da noite.

Tinha uma sala de 6º ano à tarde. Para quem tem um 6º ano à tarde, sabe do que eu estou falando. Uma sala com a maioria de crianças em estado, em situação de vulnerabilidade.

Entre essas crianças, uma dela tinha uma deficiência e, por isso, não conseguia interagir, não conseguia falar, não conseguia escutar o que eu falava, nem as tarefas que propunha. Ela vinha com o couro cabeludo repleto de piolhos. Esses piolhos caíam na mesinha de estudo dela.

Eu não tinha ninguém, nenhum profissional. Nenhum profissional na escola para dar suporte nem para mim, nem para aquela criança. Fui falar com a diretora, fui tentar chamar mãe: “Ah, a mãe não liga”. Estou falando disso, gente, porque essa é a realidade da maioria dos nossos profissionais de educação!

- Manifestação na plateia

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - O que estou falando não é da minha realidade, daquela época de 2017. Continua assim até hoje, porque recebemos denúncias e reclamações de que não tem suporte para os profissionais trabalharem com as crianças que têm deficiência, ou que tenham Transtorno do Espectro Autista.

Naquela época, como sempre fiz na minha vida toda, tirava dinheiro do meu bolso, do salário que era desse tamaninho assim, tirava dinheiro do meu bolso para fazer xerox para os alunos, para eles terem textos mais adequados ao nível de aprendizagem.

Isso que estou descrevendo é a realidade dos servidores públicos municipais que acordam antes do sol nascer para garantir serviço de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora, para garantir saúde de qualidade para o povo de São Paulo.

E vou dizer o seguinte: quando aqueles Vereadores falaram, na semana passada, que greve é vagabundagem, eles me ofenderam também, porque sempre fiz greve na minha vida. E sabem por que sempre fiz greve na minha vida? Fazemos greve porque não nos conformamos com a situação. Não é só do nosso salário, não. Não nos conformamos com a situação do nosso povo e das nossas crianças. É por isso que fazemos greve.

- Manifestação na plateia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Grevista é quem não se conforma com a realidade. Se não fossem os grevistas, até hoje não tinha CLT, até hoje não tinha licença maternidade, até hoje não tinham férias, até hoje não tinha 13º!

Então, dizer que grevista é quem está de vagabundagem é uma ofensa! É uma ofensa moral a todos os servidores municipais. É uma ofensa moral também a mim que sou servidora municipal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, por favor, Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - É por isso que no dia de hoje eu estou representando, na Corregedoria da Câmara, os seguintes Vereadores e Vereadoras: Rubinho Nunes, Amanda Vetorazzo, Lucas Pavanato, Adrilles Jorge, Cris Monteiro e Zoe Martinez.

- Manifestação na plateia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - É inadmissível! Inadmissível que, na Câmara Municipal, Parlamentares dirijam-se a nós – que somos servidores – e nos chamem de vagabundos. Inadmissível!

- Manifestação na plateia.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Vou apresentar todos à Corregedoria da Câmara! E espero que...

- Falas simultâneas.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - Porque é isso não é possível em nenhuma câmara legislativa nesse país.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Silvia. Sra. Cleonice Helena.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vamos a uma nova ordem, agora. Cleonice, depois a Ana Lúcia e, depois, Guilherme. Cleonice, 3 minutos. Depois serão 2 Vereadores: Keit Lima e Dheison Silva.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Todos falarão. A Lurdes já está aqui, considerada como a última oradora, minha querida companheira. (Pausa) Vamos seguindo. Tem

a palavra Cleonice.

A SRA. CLEONICE HELENA OLIVEIRA DA SILVA – Boa tarde a todos os meus colegas profissionais de educação. Boa tarde a todos os trabalhadores. Boa tarde a todos os Vereadores eleitos pelo povo e representantes dos interesses do povo.

Meu nome é Cleonice. Sou Coordenadora Pedagógica da rede municipal de São Paulo. Gostaria de começar perguntando para todos os trabalhadores que, aqui, reconheço, como vocês reagiriam ao reajuste de 2% nos salários de vocês? (Pausa) Gostaria de propor que refletissem se é justo uma atualização de 2% no salário de qualquer colaborador, seja ele de qualquer área. Gostaria que vocês pensassem, em especial, nos profissionais de educação, nos servidores públicos, mas, principalmente, nos educadores que estão na escola pública. Eles estão atendendo o público, pois a escola é aberta. São esses profissionais de educação que acolhem as crianças que, às vezes, não comeram à noite; que, às vezes, não têm casa para morar; crianças que vêm de abrigos; que não têm família; crianças, muitas vezes, com laudo de deficiência; crianças, muitas vezes, sem laudo de deficiência, embora apresentem.

Estava sentada ali ao lado e estou vendo, assim como todo mundo está observando, vários lugares vazios e, segundo os colegas, a informação é de que o local não comporta, não tem capacidade para comportar todo mundo. Peço a reflexão de vocês, o que faz um profissional da educação, dentro de uma sala de aula lotada e que, aliás, há décadas, solicitamos a redução de alunos por sala de aula e nunca somos atendidos.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, estou, desculpe, estava só organizando a lista. Estou te ouvindo.

A SRA. CLEONICE HELENA OLIVEIRA DA SILVA – Não, mas é por conta do barulho aqui, atrás. (Pausa) Pois, então, gostaria de saber como vocês acham que seriam esses 2% propostos para serem aplicados, que já são extremamente humilhantes, para o salário de vocês?

Mas também gostaria de chamar atenção que os profissionais de educação não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 73

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 72 DE 102

estão sendo valorizados, não estão sendo reconhecidos, mas, pior ainda: também os alunos, os estudantes, os usuários da escola pública estão sendo humilhados. Porque são esses profissionais que vão fazer a diferença na vida dessas pessoas.

Escola pública acolhe pessoas que não falam português, estudantes de famílias de refugiados, estudantes que precisam de, muitas vezes, um encaminhamento para uma assistência social, estudantes que têm, às vezes, problemas de saúde. E é esse profissional de educação- tanto o professor como os colegas do quadro de apoio, assim como os gestores – que vai fazer esse primeiro atendimento à população da cidade de São Paulo.

Portanto, não é possível que os Vereadores que representam os interesses do povo, e este prefeito, com a gestão que ele determinou, não estarem preocupados, justamente, com o atendimento à população de São Paulo, que é a maior cidade da América Latina. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

A SRA. CLEONICE HELENA OLIVEIRA DA SILVA – É humilhante que vocês estão representantes da população e não tenham a consciência justa de que 2% de aumento significa, pelo segundo ano consecutivo, nada na vida desse trabalhador.

Finalizo, solicitando, apelando...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cleonice. Sra. Ana Lúcia Gomes.

A SRA. CLEONICE HELENA OLIVEIRA DA SILVA – ...para que vocês tenham senso de justiça.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gama. É Gama.

- Manifestação na plateia.

A SRA. ANA LUCIA GAMA – Boa tarde a todas e a todos, aos Vereadores e aos milhares de trabalhadores que estão ali fora lutando por esta cidade. Sou professora da rede municipal, uma das milhares de educadoras da educação pública municipal.

Segundo uma pesquisa da Unesco, em dez anos pode faltar professor no mundo

todo – e isso é um grande problema, já que a educação é a base de qualquer sociedade. Os governos, com o apoio, ou não, dos profissionais da educação, acabam decidindo o rumo que querem dar para o país. Mas a pergunta é: que futuro eles estão escolhendo? Principalmente quando tomam decisões sobre a educação em lugares como São Paulo, a cidade mais rica do Brasil. O que está sendo feito hoje para evitar os problemas que já sabemos que virão lá na frente?

A educação não recebe os investimentos que realmente precisa – e que a cidade, poderia oferecer. Nossa carreira deixou de ser atrativa: falta valorização salarial, reconhecimento e boas condições de trabalho. Então, peço licença pra falar a partir do meu lugar de fala, que é o chão da escola. Salas lotadas, com 32 alunos. Ontem mesmo, passei por uma escola onde uma professora dava aula para uma turma de 3º ano e uma de 6º ano ao mesmo tempo – com alunos da inclusão, do ciclo de alfabetização, sem estagiário e sem nenhum apoio para ajudar. Faltam módulos docentes. Quando um professor falta – porque adoece, ou tem algum problema pessoal – os alunos precisam ser divididos entre outras turmas.

O professor que já está com 32 alunos em sala ainda acaba assumindo mais quatro, cinco, seis, às vezes até dez alunos a mais – por falta de ATEs, AVEs e profissionais de apoio, como o TEG. A verba do PTRF é insuficiente. Temos escolas com mais de 500 alunos que receberam apenas 28 mil na primeira parcela. No começo do ano, teve professor que precisou comprar sulfite do próprio bolso pra poder oferecer atividades diferenciadas. Muitos imprimiram essas atividades em casa. E o básico, como um cafezinho ou um copo d'água? Se o professor quiser tomar café, ele precisa pagar com o próprio dinheiro. E não é só ele. A gente vê isso com os ATEs, os AVEs, com quem trabalha na merenda. Se algum funcionário quiser comer um pedaço da fruta que servem para as crianças, não pode. Nem o diretor da escola. É um absurdo que pessoas que estão o dia inteiro na escola não possam compartilhar da merenda.

Falta respeito. O que estamos vivendo hoje nas escolas públicas é um ajuste absolutamente indigno. A escola pública deveria ser a trincheira onde a gente avança na democracia. Mas o que vemos é o contrário: uma escuta que não é verdadeira, que não é ativa,

nem franca. O que há é uma política marcada pela desinformação e pelo autoritarismo.

Por isso, a nossa luta é por dignidade na nossa profissão. É por uma escola pública de qualidade para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Ana Lucia.

Tem a palavra o Sr. Guilherme Fregonezi.

O SR. GUILHERME FREGONEZI – Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Guilherme, sou professor na região de Paraisópolis, e antes de tudo, quero parabenizar cada pessoa que está aqui hoje – tanto quem está presente neste espaço quanto quem está lá fora, lutando.

Quero também chamar a atenção para um problema sério que tem acontecido nas nossas escolas, mas que ainda é pouco falado – e, infelizmente, esta Casa ainda não se debruçou sobre ele: as trabalhadoras e os trabalhadores da limpeza em muitas das nossas escolas estão ficando sem receber. Há relatos de salários atrasados, descontos indevidos, vales e benefícios que não são pagos em dia. E isso não é de agora – vem se arrastando desde o ano passado.

Agora, a Prefeitura precisa nos dar uma resposta. O pessoal da gestão, que tanto fala em eficiência e responsabilidade, precisa explicar por que essas empresas terceirizadas estão recebendo – mas os trabalhadores, não. Isso não é um caso isolado. Já faz mais de um ano que essa situação vem acontecendo em várias escolas. Sinceramente, alguma coisa está errada está acontecendo.

Por isso, deixo aqui uma proposta aos Vereadores desta Casa: que se abra uma CPI para investigar essas irregularidades, porque não é possível que dinheiro público esteja sendo repassado enquanto quem trabalha continua sem receber.

Em primeiro lugar, quero destacar que muitas das trabalhadoras da limpeza têm lutado junto com a gente. E, como já foi muito bem colocado pelos colegas aqui, todos nós estamos lidando com condições de trabalho cada vez mais precárias. É inaceitável esse reajuste abaixo da inflação.

Agora, eu também queria pedir uma explicação muito clara: o que significa esse reajuste dividido entre este ano e o ano que vem? Isso parece mais futurologia econômica – uma tentativa de prever o futuro como se já soubessem que a gente não vai lutar de novo no ano que vem. Estão antecipando a campanha salarial de 2025 e, pior, empurrando parte do reajuste para 2026. Isso nunca aconteceu antes, pelo menos eu – que entrei na rede há algum tempo – nunca vi nada parecido. E pergunto: os colegas que estão aqui há mais tempo já viram algo assim?

Isso precisa ser explicado com seriedade. Porque, sinceramente, parece ter outro interesse por trás. Ano que vem tem eleição para Governador e o Prefeito Ricardo Nunes está de olho nisso. Estão costurando números, jogando com prazos, tentando fechar acordos que desmobilizam a nossa luta.

Pelo amor de Deus, tem muita ponta solta nessa história.

E, para encerrar, quero deixar um recado direto aos Vereadores e Vereadoras da base do Governo aqui presentes. Vocês acham que votar contra os servidores, votar contra a educação, cortar salário, vai ficar por isso mesmo? Não vai. Porque pode até não ter Vereador em cada esquina desta cidade, mas tem professor, tem profissional da saúde, tem trabalhador da Assistência Social. Em todo canto de São Paulo – de Marsilac a Perus – tem servidor público. E vocês vão ser cobrados por isso.

Quero ver vocês explicarem para a base eleitoral de vocês que votaram para tirar salário de professor. Que tiraram do bolso da enfermeira, da merendeira, do filho do educador. Quero ver a coragem de vocês ao explicar isso para a população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Guilherme.

Tem a palavra a Vereadora Keit Lima.

A SRA. KEIT LIMA – Boa tarde a todos os servidores e servidoras. São vocês – trabalhadores e trabalhadoras que fazem os direitos chegarem às nossas periferias e favelas. É por causa do trabalho de vocês que conseguimos enfrentar, ainda que parcialmente, a desigualdade. Não existe luta real contra a desigualdade sem a valorização dos servidores públicos, sem defender quem está todos os dias na trincheira.

Eu, sinceramente, achei que estaríamos aqui hoje para uma audiência pública de verdade – um espaço honesto e transparente de diálogo sobre o Orçamento. Mas, até agora, o que vimos foi o contrário. A gente escuta muito falar em responsabilidade orçamentária, mas não ouviu nada concreto que enriqueça a discussão. E, para ser sincera, às vezes eu fico com a impressão de que o próprio Executivo desconhece, ou não quer discutir de verdade, os detalhes do Orçamento que está propondo.

E para ajudar – porque nós não somos negacionistas e levamos, sim, a responsabilidade orçamentária a sério – eu trouxe alguns dados atualizados. A própria Lei Orçamentária já prevê um aumento de arrecadação de 7,4% em relação ao ano anterior. Esse crescimento por si só já permitiria, no mínimo, um reajuste salarial real para os servidores, ao menos cobrindo a inflação. Mas, na verdade, a situação é ainda mais favorável: com base nos dados do primeiro bimestre de 2025, a arrecadação municipal foi 17,7% maior do que no mesmo período de 2024.

Em outras palavras: a previsão que consta na Lei é conservadora. Os dados reais mostram que há, sim, margem para um reajuste acima da inflação. Então, honestamente, o problema aqui não é falta de recurso e sim a falta de vontade política.

Só nos dois primeiros meses do ano, a Prefeitura de São Paulo arrecadou R\$ 3,5 bilhões a mais do que no mesmo período anterior. Então, vamos ser claros: essa narrativa de que “não dá por causa da responsabilidade orçamentária” é simplesmente falsa. Se a tendência continuar, a cidade pode terminar o ano com até 20,7 bilhões a mais em receita. E já que tanta gente aqui gosta de falar sobre responsabilidade fiscal – e eu também valorizo isso – é importante dizer: mesmo com esse aumento de arrecadação, a Prefeitura ainda estaria longe de ultrapassar o limite legal com gastos de pessoal. Pelos dados atuais, seria possível ampliar essa despesa em até 81% em relação ao patamar atual.

Só para gente ter uma base de comparação: hoje, a cidade de São Paulo compromete apenas 28,4% do seu Orçamento com despesas de pessoal.

A gente fez um levantamento com 708 municípios da região Sudeste, e o resultado

é claro: 99% deles comprometem um percentual muito maior da sua receita com despesas de pessoal. Estou trazendo todos esses dados e argumentos por um motivo simples: porque tudo isso é resultado de uma decisão política. É uma escolha política não valorizar quem está na ponta, quem conhece de perto as necessidades da população que diariamente serve o povo mais pobre desta cidade.

E, para concluir, Presidente, eu queria lembrar – acho que foi a Norma, ou talvez outro colega, que trouxe isso aqui antes – que muitas dessas pessoas que tomam decisões sobre a nossa realidade precisam, de verdade, ir às periferias e favelas. Precisam ver de perto o impacto do nosso trabalho e entender a importância do que fazemos todos os dias. Só assim a gente pode ter uma discussão real, honesta e transparente.

E eu aproveito para falar diretamente ao Prefeito, com a base do Governo e com todos representantes que estão aqui hoje: nós queremos dialogar. Queremos negociar de forma verdadeira – e não aceitar decisões empurradas goela abaixo, que só aprofundam a desigualdade. O que estamos vendo aqui, nesta Casa que deveria ser do povo – mas que sequer foi aberta para todos – é a tentativa de aprovar um projeto que, na prática, só aumenta a desigualdade na cidade São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Keit.

Tem a palavra o Vereador Dheison Silva.

O SR. DHEISON SILVA – Presidente, antes de qualquer palavra, quero fazer um cumprimento necessário e justo. Quero saudar, com todo o respeito e dignidade que merecem, os servidores e servidoras que lotam as ruas do lado de fora desta Casa. Eles estão ali com energia, garra, compromisso e o esforço diário de quem carrega esta cidade nas costas. São eles que merecem nossa atenção e o nosso respeito, e não as ofensas que infelizmente já foram proferidas desta tribuna. Isso, sim, é uma vergonha – e deveria ser analisado com seriedade por uma comissão de ética.

Juntamente com a Vereadora Silvia, eu subscrevo a necessidade de que uma comissão de ética seja convocada para lidar com as ofensas aos servidores. Foi um crime contra

os servidores que estavam aqui, sim, exercendo seu direito legítimo de greve, que é garantido pela nossa Constituição. Se alguns aqui não entendem ou não respeitam a democracia, é hora de aprender. Greve é um direito garantido pela nossa Constituição, e ninguém, em hipótese alguma, vai calar os servidores e servidoras desta cidade.

Eu juro, Presidente, que vim para esta tribuna de coração aberto, disposto a ouvir a proposta da Prefeitura. Fiquei aqui, atentamente, esperando. Mas o que encontramos foi um silêncio ensurdecedor. Não tivemos um dado sequer, nenhuma planilha, nenhum levantamento – absolutamente nada. Foi assim que a Prefeitura tratou esta audiência pública.

Quem trouxe dados e argumentos não foi a Prefeitura, mas sim os Vereadores e, principalmente, os representantes sindicais. A eles, sim, está sendo negado o direito de negociar, tratados com desrespeito, como se fossem vagabundos. Mas foram eles que trouxeram dados, que mostraram, com conhecimento profundo desta cidade, que, sim, há condições e espaço fiscal para garantir o aumento justo e digno que os servidores e servidoras merecem.

A Prefeitura se calou, e eu vou dizer o motivo: não foi para se manter neutra. Se calou porque fez uma escolha política. Se calou como parte de um projeto político que, na prática, despreza institucionalmente a nossa categoria. Foi isso que a Prefeitura fez nesta audiência pública, e eu venho aqui, de forma contundente, manifestar meu repúdio à total ausência de informações e dados apresentados.

Senhores Secretários e Secretárias, V.Exas. são responsáveis pela administração da maior cidade do país, a mais rica, com o terceiro maior PIB, a terceira maior arrecadação e o terceiro maior Orçamento. Não podemos aceitar que, com toda essa capacidade, a cidade trate seus servidores dessa forma. Vir aqui falar de responsabilidade fiscal, oferecendo um reajuste abaixo da inflação para os servidores e servidoras, é uma vergonha e um total desrespeito.

Se a Prefeitura não tem proposta, quero deixar claro: aqui tem resistência. Se o Governo se recusa a apresentar soluções, esta Casa ainda tem Vereadores e Vereadoras dispostos a resistir a esse projeto de desmonte do serviço público. E, lá fora, há uma multidão – centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que acordam cedo, trabalham duro e não

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 79 DE 102

merecem ser desrespeitados como estão sendo.

O que estamos vendo aqui é vergonhoso. Um verdadeiro *show* de horrores. E nós não vamos aceitar esse tipo de tratamento com quem sustenta essa cidade todos os dias. Se eles não têm dados, nós temos algo muito mais poderoso: milhares de rostos, de histórias, de servidores e servidoras que cuidam da educação, da saúde, da segurança e de todos os serviços essenciais que mantêm essa cidade de pé. E é por eles que vamos lutar com unhas e dentes para que essa proposta injusta não seja aprovada nesta Casa.

Eu quero fazer, mais uma vez, um apelo sincero aos Vereadores e Vereadoras desta Casa. Como já foi dito aqui – e é verdade –, hoje nós temos o poder de decidir e de mandar um recado claro ao Prefeito Ricardo Nunes: nós não vamos aceitar essas migalhas. Vamos, gente, usar o poder do voto. Estamos aqui com um mandato que nos foi confiado pelo povo – e é por ele que devemos responder. Não precisamos – e não devemos – aceitar calados uma proposta ridícula como essa. É hora de cada um escolher de que lado vai estar: do lado do povo que trabalha, ou do lado de um projeto que desmonta o serviço público.

Nós, do PT, do PSOL, do PSB e da Rede, apresentamos um substitutivo. E convido todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa a votarem conosco nessa proposta, que garante um reajuste real e digno para os servidores e servidoras.

Vamos respeitar quem cuida desta cidade. Vamos dar voz e vez a esses trabalhadores. Chega de demagogia! É hora de fazer esta Casa funcionar de verdade. Que a voz dos servidores ecoe aqui dentro com a mesma força com que ressoa lá fora.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dheison.

Tem a palavra o Sr. Thiago Abraão Marquetti, presente virtualmente.

O SR. THIAGO ABRAÃO MARQUETTI – Caros professores, professores, demais trabalhadores e trabalhadores da educação, Vereadores e Vereadoras, diante do ataque material e, sobretudo, simbólico à educação e à escola pública, da desvalorização e da violência contra os trabalhadores da educação, particularmente direcionados às professoras e aos professores,

todos – docentes, estudantes, escola, família e sociedade – saem perdendo, tanto no presente quanto no futuro.

A greve acabará, mas o que ficará depois dela se ninguém protestar contra os ataques, mantendo uma posição de docilidade frente aos mandos e desmandos de um governo com medidas autoritárias? Se, como educadores e educadoras, temos o papel de formar cidadãos com senso crítico e capacidade de questionamento, como podemos nos calar diante de tamanho desrespeito? E como aceitar passivamente a falta de diálogo por parte do Governo e os constantes ataques e xingamentos dirigidos a professores e professoras em greve?

Vale lembrar: a greve é um direito constitucional, conquistado com muito suor, luta e, sim, com sangue derramado por aqueles que vieram antes de nós nas lutas sociais. E é inadmissível que esse direito esteja sendo desrespeitado – inclusive por algumas falas de Vereadores e Vereadoras nesta própria sessão da Câmara Municipal de São Paulo. Como já dizia a canção: “Afasta de mim esse cálice”.

Infelizmente, o significado público da educação e da escola está sob ataque. E, com isso, toda a comunidade escolar sai perdendo – professores, professoras, estudantes e as próprias escolas. O prejuízo é coletivo, no presente e no futuro. Porque uma escola sucateada não é só um problema material – é também um golpe simbólico.

O ataque ao sentido público das escolas – que se expressa na desvalorização de professores, professoras e de todos os trabalhadores da educação – não pode ser admitido, muito menos aceito com docilidade. Nesse contexto, a greve é legítima e se justifica por si mesma, pois representa uma luta digna e valiosa, independentemente dos resultados imediatos que venha a alcançar.

Ela pode ser comparada a uma ideia de crise, que, ao contrário do que muitos acreditam – associando-lhe um significado negativo, uma decadência ou algo semelhante – pode, na verdade, ser vista como uma oportunidade, uma experiência, um evento, um acontecimento oportuno que, embora possa gerar alguns transtornos no dia a dia das pessoas, também pode, por outro lado, ser uma oportunidade para pensarmos sobre o que está em jogo,

sobre o que está nos acontecendo, sobre o significado das coisas. De modo que, por exemplo, não naturalizemos e normalizemos certos discursos que tendem a minguar o sentido público – tanto da educação, diminuindo sua qualidade, quanto da escola, onde há tentativas e tendências à privatização das gestões escolares e das próprias escolas.

Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não vai terminar. Me perdoe, mas não há tempo.

Às 15 horas temos que entregar a sala.

Bruno Carvalho. Depois o Artur Gali. Depois o Maciel, do Sindicato.

O SR. BRUNO CARVALHO – Boa tarde para todo mundo, ao pessoal que está aqui nas galerias, ao pessoal que está lá fora também, manifestando contra esse arrocho salarial. Me chamo Bruno, sou professor da rede municipal de São Paulo.

Queria começar lamentando o golpe que foi dado, reduzindo o número de pessoas que podem participar dessa audiência pública. Isso é uma sinalização muito ruim por parte da Prefeitura, mas nós seguimos em luta. Começar falando em relação ao nosso salário. 2,6%, esse salário parcelado é um arrocho salarial. É uma tentativa de diminuir o nosso poder de compra. E a gente sabe que a Prefeitura tem muito dinheiro. A Prefeitura de São Paulo tem mais de 22 bilhões de reais em caixa. É uma das prefeituras mais ricas do país e tem um orçamento que a cada mês sobra dinheiro.

Então, esse papo de que não tem dinheiro para dar reajuste, que tem que ser responsável financeiramente, tem que ser responsável com o povo de São Paulo, que frequenta os serviços públicos, o posto de saúde, que depende da assistência social, que está nas escolas públicas da cidade de São Paulo.

Mas a gente sabe que esse projeto de nos dar um reajuste que não é um reajuste digno na verdade está associado ao projeto dessa Prefeitura, que é o projeto da privatização da educação municipal. É o projeto de repassar uma parte muito importante do orçamento público da educação municipal para as empresas terceirizadas. Muitas dessas que sequer pagam os salários dos seus trabalhadores, como é o caso da empresa Lume, da limpeza. No passado, dei

aula numa escola, os trabalhadores fizeram greve contra tudo e contra todos, porque a empresa não tinha pago o salário, não tinha pago o vale-alimentação. E eles paralisaram quando a empresa sequer pagou o vale-transporte para eles irem até a escola.

Essa é a realidade da terceirização e da privatização na cidade de São Paulo. Eles querem privatizar para repassar, como o estado de São Paulo faz, um dinheiro gigantesco para essas empresas que produzem material didático e retiram a autonomia do professor; fazem o professor virar um passador de *slides*, ao invés daquele que se conecta com seus alunos, que entende a realidade dos seus alunos.

Esse é o projeto que a Prefeitura de São Paulo quer colocar. Então, é um projeto para piorar, precarizar, os serviços públicos, tirar o que os profissionais todos os dias lutam para que os serviços públicos sejam dignos, para que a gente possa atender a população. O que a Prefeitura quer é submeter os serviços públicos – falo pelo lugar da educação –, submeter ao lucro das grandes empresas. E isso nós não vamos aceitar. Para isso, eles vão ter que passar por cima de todos nós, e nós somos muitos.

E hoje, nós estamos aqui, milhares de pessoas em frente à Câmara Municipal. Mas, para fora da nossa campanha salarial, nós estaremos em cada uma das periferias de São Paulo. E os Vereadores podem ter certeza: não vai faltar informação para as famílias dos mais de um milhão de alunos da nossa rede municipal, de quem votar a favor desse arrocho de salarial.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Artur Gali. Em seguida, o Maciel, do Sindsep. Depois ouviremos mais dois Srs. Vereadores.

O SR. MACIEL NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Gostaria de iniciar minha fala agradecendo à Mesa, aos Vereadores e Vereadoras aqui presentes, à população e aos servidores públicos, tanto dentro da casa quanto fora. Eu estou aqui representando a Vereadora Janaina Paschoal, porque desde o primeiro dia de recebimento desse projeto no Legislativo, a Vereadora ressaltou a grande injustiça e a falta de isonomia entre servidores do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Município, que receberam reajustes diferenciados em relação ao que o Poder Executivo propunha.

Com base nessa premissa de maior isonomia, maior justiça e maior igualdade, a Vereadora fez duas propostas de emendas ao projeto enviado. A primeira proposta pedia a antecipação dos reajustes de vale-alimentação e vale-refeição, de forma a unificá-los logo no primeiro de maio. Assim, não haveria um reajuste inicial em vale-alimentação neste ano e outro no ano que vem; os dois seriam realizados em maio desse ano.

A primeira emenda tinha o objetivo de fazer uma majoração desse valor, exatamente para observar essa isonomia entre os servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas, que tinham recebido reajustes, enquanto o reajuste de vale-alimentação e vale-refeição do Executivo havia sido repartido. A segunda emenda foi proposta em uma tentativa de iniciar negociações com o Poder Executivo – lembrando que, desde o primeiro dia, esse projeto foi enviado. A ideia da Vereadora era de que houvesse uma antecipação da segunda parcela do reajuste de maio do ano que vem para novembro deste ano.

Essa foi uma proposta inicial que a Vereadora fez para que houvesse, pelo menos, o reajuste integral proposto relativo à correção inflacionária no ano de 2025. A ideia da Vereadora era de que se poderia iniciar negociações com o Poder Executivo. Ela recebeu diversas propostas para que essa antecipação fosse feita em outubro, que é o mês do servidor público, mas ela pensou também na questão financeira do município, já que não tínhamos muita informação sobre isso, e, portanto, ela achou que a melhor opção seria novembro.

Mas o ponto principal dessa emenda era que o reajuste total e integral dos servidores, para a correção inflacionária, fosse feita no ano de 2025, porque ela considerava um absurdo que houvesse a divisão entre 2025 e 2026. Então, mesmo se fosse financeiramente difícil a Prefeitura realizar os reajustes imediatamente, ela propôs essa divisão de que, pelo menos, os dois ficassem dentro do ano de 2025.

Essas emendas foram rejeitadas em primeira votação, mas a Vereadora realizou a repositura dessas emendas e espera que isso possa movimentar uma negociação com o Poder Executivo, para que, necessariamente, haja um reajuste integral e total à correção inflacionária no ano de 2025. E ela não vai também retirar a proposta em relação a que, pelo

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 84 DE 102

menos, o vale-alimentação e o vale-refeição sejam todos reajustados no ano de 2025.

Encerro a minha fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vou fazer o registro de que assinamos, inclusive, a emenda, o substitutivo, a emenda da Vereadora Janaina Paschoal. Maciel Sindsep, ajude no tempo, para que possamos ouvir todos.

O SR. MACIEL NASCIMENTO – Com certeza, Presidente. Estamos aqui dispostos. Vou trazer aqui algumas questões que são fundamentais. Primeiro, é muito bom a gente poder falar aqui, com a Marcela e com o Bruno na Mesa, em especial porque a gente gostaria de se ver muito mais. O que significa negociação? É receber as entidades sindicais e dialogar sobre os principais pontos. Acho isso fundamental.

Agora, também quero trazer uma questão que é fundamental. Na verdade, quem descartou, quem colocou a greve na rua foi o Prefeito Ricardo Nunes, ao passar por cima desse processo negocial e trazer, na calada da noite, um projeto de lei para esta Casa. Estava tudo sendo conversado. Até então, era essa a sensação que nós tínhamos. E me parece que há uma tentativa de levar para a sociedade a ideia de que estamos prejudicando o andamento dos serviços – quando, na verdade, quem prejudica é a intransigência do Governo. Porque estamos aptos a dialogar, aptos a poder conversar.

E não adianta, porque a sociedade está lá fora com a gente; tem pais e alunos com a gente. A comunidade está entendendo o nosso recado. E a gente segue nessa mesma situação de hoje, na qual os representantes do Governo fazem uma bela saudação de bom dia e não dizem nada. Dessa forma, deu-se a audiência de conciliação da greve judicializada por vocês. O Bruno estava na audiência, e quando colocamos, de forma bastante tácita: “Suspendam o dissídio coletivo com a suspensão da tramitação do Projeto de Lei, que a gente leva a suspensão da greve para uma assembleia.”

Qual foi a resposta do Governo? “Não. Não temos nada a dizer.” Portanto, não existe negociação de fato. E é uma pena que a gente não consiga trazer as questões à verdade e poder ter o contraponto por parte do Governo. Nós estamos, Marcela, Bruno, Vereadores, Vereadoras,

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 85 DE 102

atrasados praticamente em três anos no cumprimento da meta do Plano Municipal de Educação, que diz que os vencimentos dos profissionais de educação devem ser equiparados aos mesmos vencimentos dos demais servidores que estejam na mesma formação. Isso não foi cumprido. Era para ser em 2021 e não foi cumprido.

O menor salário de níveis superiores está na educação. As demais secretarias já avançaram nesse processo. Assim como não foi cumprido também a meta do art. 100 da 14.660. E aí não tem como discutir. Precisamos trazer isso à tona. O achatamento e o desmonte vem a caminho e precisamos ter respostas. Fazer de conta que está presente sem estar presente, sem proposta, não contribui com a sociedade, não contribui com a educação paulistana.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Maciel. Vereador João Ananias. Em seguida, Vereador Nabil Bonduki.

O SR. JOÃO ANANIAS – Obrigado, Presidente. Quero saudar todos os funcionários públicos que estão na rua, todo o sindicalismo que está aqui. É muito importante falar sobre isto: da importância de ter sindicato neste país; as conquistas que foram feitas nesses países foram através de sindicatos, da luta de categoria. Também quero dizer para a categoria que, em relação a todos os direitos que eles têm, eles têm que estar sempre lutando.

E a gente da Bancada do PT sempre vai estar na luta com essa categoria. Foi um direito conquistado há muito tempo neste país. A gente sabe como foi a dificuldade de conquistar o direito de greve. Hoje temos esse direito. E aí a gente se depara hoje com isto: muitos amigos nossos, companheiros que estavam vindo para a manifestação foram parados na rua, e lhes falaram que o transporte público que eles tinham contratado não poderia chegar até o Centro da cidade de São Paulo. Seria bom a gente até pedir, como a Vereadora Luana já falou, é importante a gente investigar qual foi o motivo para se parar os ônibus que vinham para essa manifestação.

Queria dizer também que o funcionário público da cidade de São Paulo não é vagabundo. Não é vagabundo porque a gente sabe da dificuldade que é um professor cuidar de uma escola, de uma sala de aula com mais de 30 alunos. A gente sabe da dificuldade que é você estar em uma UBS cheia, sem condições de trabalho, com insalubridade. A gente sabe qual é a

dificuldade. E a gente sabe que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está sempre aqui lutando junto com o funcionário público. A gente sabe que, com mais dinheiro no bolso da população, a gente vai conseguir fazer essa cidade crescer. E quando ela cresce é quando a população ganha mais. Se ganha mais, logo circula mais dinheiro.

Mas queria dizer para vocês que a educação é o carro-chefe de uma cidade. A partir do momento em que a população se torna uma população que adere à educação, tem investimento na educação, ela se torna grande. E uma cidade grande precisa ter educação de qualidade, investimento na educação. Não só na educação. A saúde pública é muito importante para uma cidade. Onde você tem uma população doente, traz atraso para a cidade, atrasa até o atendimento médio de quem realmente precisa. E a gente precisa desse atendimento.

Eu queria dizer para os funcionários públicos aqui que o mandato do Vereador João Ananias está à disposição. A gente está aqui conversando sempre, dialogando. A gente não está parado. A gente está aqui para defender e tenho certeza que nós estamos do lado certo da história. Vamos continuar. E o Partido dos Trabalhadores vai continuar sempre nessa luta que é muito importante.

E queria dizer também gente que a gente não pode parar. Paralisar é lutar. Estávamos falando que, quando chegar aqui, a gente precisa se manifestar, mas com qualidade. Não entrar nesse colapso, que é entrar num conflito desnecessário. Tenho certeza que nós, da Bancada dos Trabalhadores, ou do Partido dos Trabalhadores, com os funcionários públicos dessa cidade de São Paulo, vamos crescer juntos e vamos lutar.

E tenho certeza que vamos reverter essa falta de proposta do Governo, do Prefeito da cidade. Vamos alcançar, sim, o objetivo – que é melhorar as condições de trabalho e fazer um reajuste real para o funcionalismo público da cidade de São Paulo. Obrigado, Presidente. Vou cumprir o horário, porque se não meu outro amigo não fala, meu colega de trabalho.

Obrigado, gente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Nabil Bonduki. Eu tenho que, novamente, fazer até um apelo aqui para que seja até às dez para as três, a gente consiga ouvir

todos.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa tarde para todas, para todos. Quero saudar todos os funcionários do município que estão na luta por condições dignas de remuneração.

Não quero ser repetitivo, mas eu queria aqui, principalmente, demandar ao Líder de Governo, à Secretária, as justificativas para que esse reajuste seja inferior à inflação. Queria entender a lógica do Governo. Por quê? Porque no ano passado já houve um reajuste inferior à inflação. A inflação foi de 4,8% e o reajuste foi 2,16%. Se fôssemos, agora, recuperar o valor do salário de 2023, do reajuste de 2023, teremos que dar um reajuste de 7,9%. Esse seria o reajuste para manter o salário de 2023; não é para ter reajuste real. Se em 2023, quando a arrecadação do município era menor do que hoje, quando o comprometimento da receita com o funcionário público era maior do que hoje, a Prefeitura pagava o salário para o trabalhador, para os seus servidores – que são fundamentais para manter o serviço público –, que deveria ser reajustado em 7,9% para manter o salário real.

Nós deveríamos estar discutindo aqui, Riva, qual aumento real seria dado para os trabalhadores. Esses seriam os termos da discussão. Quanto nós daríamos acima de 7,9%, ou seja, quanto vamos dar acima da correção inflacionária dos últimos dois anos? Essa seria a discussão a se fazer. E estamos fazendo aqui uma discussão de qual é o arrocho que está se dando. No momento em que o país está em crescimento – tivemos um crescimento de 3% no ano passado, a receita pública está aumentando –, não existe justificativa real para que esse reajuste não seja o repasse da inflação, ao menos, para os funcionários.

Assim, acho que essa é a razão pela qual os funcionários estão em greve. É razão óbvia: perda de salário. Nós, Vereadores, tivemos um reajuste – quer dizer, eu não era Vereador no ano passado –, mas houve um reajuste inflacionário e a justificativa foi realmente o reajuste da inflação. Por que o funcionário público não tem? Por que o funcionário do Tribunal de Contas tem o reajuste da inflação, o funcionário da Câmara tem o reajuste da inflação, e os funcionários da cidade de São Paulo, que trabalham para a população, na educação, em condições que vocês já têm muito mais conhecimento e já falaram aqui, não têm esse mesmo direito?

Eu não vou falar privilégio, porque não é privilégio. É um direito básico de ter o seu aumento reajustado. Durante anos e anos, essa Prefeitura esteve estrangulada de Orçamento, porque tinha que pagar 13% da dívida. E a gente está vendo hoje que a Prefeitura está sem dívida e a Prefeitura está desperdiçando recursos. Ontem, o Vice-Prefeito Mello foi até debaixo do Minhocão para realizar uma obra totalmente inadequada, gastando dinheiro público, abrindo um estacionamento debaixo do Minhocão, irregularmente, comprando água superfaturada, fazendo obra sem licitação.

Portanto, veja, não existe razão, com tanto dinheiro sendo desperdiçado, para desprezar o reajuste justo para os trabalhadores das comunidades de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sou obrigado a reduzir para dois minutos o tempo. João Batista, Leticia Grisólio e Douglas Fernando. Porque precisamos ouvir as considerações do Governo. Por gentileza, vocês colaborem comigo falando dois minutos, porque às três horas temos que entregar o espaço.

O SR. JOÃO BATISTA – Primeiro, eu gostaria de iniciar saudando os grevistas, a forte greve unitária dos servidores públicos municipais, que hoje cumprem um papel que vai além da negociação do reajuste, mas coloca para a população de São Paulo e disputa os corações e mentes da população de São Paulo contra o projeto do Governo Ricardo Nunes, que é arrochar, precarizar, para justificar ao povo paulistano a entrega das unidades educacionais e dos serviços públicos à iniciativa privada.

Quero falar do reajuste irrisório. Além de irrisório, esse reajuste na educação será sentido apenas por uma parte da categoria, porque a outra parte vai incorporar um abono complementar. Além do que, pela primeira vez, o abono complementar no piso é dado apenas para os professores categoria um, não será sentido pelos professores categoria dois e três, nem pelo quadro de apoio e nem pelos gestores educacionais.

Mas gostaria de me dirigir aqui aos Secretários, porque a maneira como o PL foi colocado também veio atropelar as demais pautas – as pautas de condições de trabalho que

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 89 DE 102

interessam a toda a população paulistana.

Em dezembro de 2016, tínhamos cerca de dois mil estudantes matriculados na rede municipal com o transtorno do espectro autista. Em abril de 2024, passamos a ter cerca de 16 mil sem uma política efetiva para que a gente conseguisse educar de fato todos aqueles presentes nas unidades educacionais.

É bom lembrar que existe uma resolução do Conselho Nacional de Educação, de 2024, se não me engano, de outubro, que já prevê a redução do número de crianças por turma em escolas de 4 e 5 anos. Nas EMEIs, cerca de 20 crianças para cada educador. Em São Paulo, a gente não tem sequer um calendário para que a gente possa discutir a adequação das nossas escolas.

É isso aí, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado, João Batista. Letícia Grisório. Depois, Douglas Fernando.

Estou pedindo que se alguém puder fazer a gentileza de declinar, porque é capaz de chegarmos às 15h e entregar sem ouvir as considerações do governo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tá, mas aí a gente não ouve o governo.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

A audiência envolve escuta e com dois minutos não dá nem para eu falar e nem para vocês me ouvirem. Mas vamos lá.

Vou me dirigir diretamente ao Secretário Bruno e reforçar o pedido de retratação desta Casa aos trabalhadores da educação, aos professores, porque nós não somos vagabundos e o senhor sabe muito bem, porque os vídeos do Instagram da Secretaria Municipal de Educação mostram que, com poucas condições de trabalho, a gente tem realizado um trabalho de excelência dentro das unidades educacionais.

Então, a Secretaria da Educação não pode permitir que qualquer Vereador nos maltrate, nos desrespeite, porque nós fazemos o melhor mesmo com poucas condições, que é

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 90 DE 102

o que a Secretaria da Educação tem nos dado.

Dirijo-me também à Secretaria Marcela e peço para que digam nesta Casa que é uma mentira o que o Prefeito tem dito: que deu aumento para 44% para todos nós. Vocês sabem que isso é mentiroso. Vocês sabem que todos nós tivemos 2,16% de aumento ano passado e que o aumento que houve foi no piso e esse piso não contempla a ampla maioria dos profissionais da educação.

Como o meu colega João disse agora há pouco, esse piso aumentado para este ano também só se refere à categoria um. Ou seja, quantos receberão este aumento no piso? Pouquíssimos. E a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Gestão ainda não trouxeram para a gente as informações de quanto a educação poderia ter de aumento.

Merecemos, sim, uma valorização salarial de respeito e merecemos, sim, melhores condições de trabalho e pedimos a revogação da Lei 18.221, que penaliza todos os profissionais adoecidos e os diretores de escola que vocês querem penalizar pelas condições que vocês não oferecem para nós....

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Douglas Fernando.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO – Terminei pedindo ao Presidente respeito junto aos parlamentares que nos ofendem da mesma forma como vocês cortaram o nosso microfone....

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Douglas Fernando e, depois, Renata Caires.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO – ... quando proferimos as palavras a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Douglas Fernando, dois minutos.

O SR. DOUGLAS FERNANDO DE ASSIS SILVA – Bom dia a todos, aos companheiros que estão lá fora, aos companheiros presentes nesta Casa, ao Presidente desta Casa também e a todos os Vereadores presente.

Sou Douglas Fernando, professor, conselheiro pelo Sedin, conselheiro de representantes. Estamos nesta greve e podemos observar uma coisa muito simples: contra fatos não há argumentos. O governo não apresenta uma contraproposta justamente porque não há como justificar tamanho desrespeito para com o funcionalismo público.

Estou na educação há mais de 20 anos, atuo trabalhando em excelência, conheço as comunidades as quais atendo e muitos dos Vereadores e Vereadoras presente nesta Casa estiveram nas minhas comunidades pedindo voto, bem como o governo esteve lá pedindo voto e o apoio das nossas comunidades e agora tenta roubar o direito à educação dos nossos alunos, das nossas crianças, das nossas comunidades.

Eles colocam que a luta é por dinheiro, mas a luta é por educação. A luta é por qualidade de educação para o povo. Eles tentam distorcer, nos colocar contra o povo, dizer para o povo que queremos dinheiro. Quando eles cospem na nossa cara 2,61% como se isso aqui fosse uma palhaçada. Esta é a casa do povo e antes de ser professor eu represento. Eu sou o povo e, como o povo, eu exijo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Renata Caires, do Sedin. Depois, a Sheyla Mendes, do Sedin.

A SRA. RENATA CAIRES DOS SANTOS – Boa tarde, nobres Parlamentares. Boa tarde, companheiros de luta.

Venho denunciar o desmonte e a desestimulação da carreira do magistério. Professores hoje já trabalham com uma função de subemprego. Temos pessoas na Prefeitura de São Paulo que trabalham com a certeza do desemprego, porque são quatro anos apenas o contrato, um contrato que entra em hiato e essas pessoas não têm vínculo com suas comunidades, não têm continuidade no trabalho e trabalham o tempo todo com medo de ficarem desempregadas.

Nossa carreira tem sido desestimulada por incessantes ataques que temos recebido e pela falta de estrutura que, muitas vezes, burlamos, porque tiramos dinheiro do nosso bolso, resolvemos problemas nas unidades, resolvemos problemas nos atendimentos para que as nossas crianças não sejam afetadas, para que a nossa comunidade não sofra com o sucateamento.

O mesmo governo que quer colocar a câmera corporal no professor não consegue fazer o Wi-Fi funcionar em todas as unidades, não consegue disponibilizar equipamento de

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 92 DE 102

qualidade para todos os professores e todos os educadores, não consegue adequar as salas de aula à crise climática que estamos vivendo, para além do problema que enfrentamos para o atendimento das crianças especiais, tem as crianças com vulnerabilidade e tem as crianças ditas normais e estão em salas de aulas superlotadas....

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluí para mim, Renata.

A SRA. RENATA CAIRES DOS SANTOS – É impossível uma professora desenvolver um trabalho de qualidade com uma sala entupida onde...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluí, Renata.

A SRA. RENATA CAIRES DOS SANTOS – Não deram dois 2 minutos ainda.

Onde ela não consegue conhecer os seus alunos, não consegue refletir sobre a prática que está sendo aplicada dentro das unidades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sheyla Mendes.

A SRA. RENATA CAIRES DOS SANTOS – Quando o insucesso acontece, o problema é jogado nas nossas costas. Vocês estão estimulando a população a odiar os professores e os professores são a única redenção que pode oferecer educação de qualidade para a população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sheyla Mendes. Depois, Christian Sznick. Eu vou cortando o tempo que eu tenho que comentar. Eu prefiro diminuir o tempo do que não dar a palavra. Sheyla Mendes da Silva.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – Eu quero lamentar com a Marcela sendo uma mulher e sabendo que a educação é majoritariamente feminina, a questão sobre os readaptados e sobre as licenças médicas.

É absurdo estarmos sendo punidas por ficarmos doentes dentro das unidades escolares. É completamente absurdo essa sua fala e essa sua proposta e a proposta do governo lembrando e pensando que você é uma mulher. Lamentar também a ausência do Secretário de Educação, Sr. Padula, que deve estar por aí fazendo algum vídeo para o Instagram. Deveria estar aqui falando conosco e não fazendo vídeo para o Instagram. Lamentar a ausência também

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 94

REUNIÃO: **21073** DATA: **29/04/2025** FL: **93** DE 102

dos Vereadores que defendem esse PL falando olho no olho conosco.

Mais uma coisa, quem está lá fora não entrem na pilha de Vereadores que estão descendo, que estão indo até o portão da Câmara para provocar os servidores. Não entrem nessa pilha. (Palmas) Outra coisa, estamos compartilhando nos grupos dos professores que tem dois rapazes infiltrados na nossa paralisação para nos provocar. Não entrem na provocação. Não deem entrevista. Então, a gente está disponibilizando nos grupos.

Eu convido a Vereadora que leu a mensagem da amiga que está chateada que a filha está sem aula, que ela desça e vá conversar com os pais lá da EMEI Monteiro Lobato. Vai lá conversar com eles. Espero também que esses Vereadores que estão nesta Mesa hoje não façam o que fizeram em dezembro. Tenham vergonha na cara de discutir as emendas que vocês colocarem....

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Christian. Próximo orador, Christian.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – E não somente peçam para serem publicadas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Christian. Próximo orador, Christian. Por favor.

A SRA. SHEYLA MENDES DA SILVA – A quebra do paradigma não pode ser nas costas da educação. Não é nas costas e nem tirando o sangue da educação. Todos os servidores têm direito, sim, ao reajuste. Mas não vem quebrar paradigma de 0,01% nas costas da educação. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Christian, dois minutos. Se puder usar menos, eu agradeço. Depois, Douglas Eduardo.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Boa tarde a esta Câmara Municipal, a liderança sindical e colegas profissionais de educação e demais servidores públicos municipais que estão presentes no “puleiro” da Câmara e lá fora no Viaduto Jacareí ocupando boa parte das pistas.

Sou Christian Sznick, diretor da EMEF Modesto Scagliusi, 100% em greve, em paralisação. Sou conselheiro representante do Sinesp, lá no Campo Limpo. Às 6h50, no Jardim

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 95

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 94 DE 102

Piracuama, do Campo Limpo, o que se abre é uma escola, é o serviço público que inicia o atendimento aos alunos do ensino fundamental da rede municipal de educação.

Foi um disparate ouvir de Vereador criticando as escolas municipais sem as conhecê-las. Eu gostaria que ele fosse na escola e visse o trabalho de qualidade e o nosso índice do Ideb e o trabalho que é feito para se chegar a isso e o acolhimento que é feito aos adolescentes e as crianças de nossa unidade educacional.

Outra questão que é importante: o orçamento da cidade de São Paulo é o maior do país; a segunda cidade com maior orçamento tem a metade do orçamento da cidade de São Paulo, que é a cidade do Rio de Janeiro e tem uma rede municipal de educação com o tamanho próximo a da rede municipal de São Paulo, que foi feita uma grande municipalização.

Secretário Bruno, é muito estranho como a Secretaria de Educação de São Paulo esteja mantendo ainda congelamento de contratação de estagiários e falar que só vai liberar em julho. Os alunos que precisam de atendimento começaram em fevereiro. O ano letivo começou em fevereiro, em 5 de fevereiro, para ser mais exato. A necessidade existe...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rosa Maria, do Sinesp.

O SR. CHRISTIAN DE MELLO SZNICK – Vamos terminar com a seguinte questão: por que a Secretaria não faz os investimentos que deveriam ser feitos e termina as reformas como deveriam ser terminadas?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Douglas Eduardo ainda na frente, perdão.

O SR. DOUGLAS EDUARDO ROSA – Boa tarde a todas, a todos servidores, guerreiros que resistem bravamente no dia de hoje.

Meu nome é Douglas Eduardo, supervisor escolar na rede, diretor do Sinesp, que representa os gestores educacionais, diretores de escola, coordenadores pedagógicos e diretores supervisores que estão, cada vez mais, enfrentando más condições de trabalho e ainda estão sendo perseguidos, sendo desrespeitados no seu direito de greve. Temos de denunciar

toda forma de intimidação que estão sofrendo e assim, como todos os demais servidores, também sofrem com péssimas condições de trabalho.

É só ver lá fora que a própria comunidade que está lá fora conosco prova isto: as más condições de trabalho que todos temos e a população está sofrendo e isso está visível. Então, reitero que temos o direito de greve garantido pela Constituição. E como todos nós, agora, falamos como trabalhadores, estamos sendo desrespeitados neste município, e não só servidores públicos, como todo trabalhador da cidade de São Paulo. Isso representa o que infelizmente está se pensando desta administração municipal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rosa Maria Pereira de Araújo Correa. Perdoe-me, mas eu não tenho mais tempo e tenho uma solicitação também que quem veio ao plenário que pudesse, carinhosamente, pedir a retirada, porque agora vem os Vereadores, mas com muita tranquilidade.

Agora vem a Rosa Maria, depois o Dinei, Lurdes e Débora. Eu preciso que seja um minuto e meio.

A SRA. ROSA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO CORREA – Cada vez diminui. Está difícil aí, Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisamos ouvir o governo.

A SRA. ROSA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO CORREA – Sou Rosa Maria, sou da diretoria do Sinesp, sindicato especialistas da educação e eu vou ser bem breve aqui.

Tenho mais de 35 anos de educação pública na cidade de São Paulo. Comecei na carreira do magistério com 17 anos e na minha trajetória eu não me lembro de ter visto tanto desacato.

Quero repudiar com indignação as atitudes dos Vereadores desta Casa na última sessão. Acredito que essas falas violentas desses Vereadores que escolheram como estratégia política ofender e zombar dos servidores públicos, infringindo o decoro parlamentar. O que se espera dessas pessoas? O que se espera deles ofendendo a sociedade? O que se espera é um comportamento minimamente democrático de alguém que foi eleito como representante do povo.

E o povo sou eu aqui, sou também o povo.

Para nós, professores e professoras, a sala de aula é um lugar sagrado, aonde se tecem relações de ensino, de aprendizagem, mas muito mais do que isso, relações de convivência, de respeito, de amor ao próximo. E os professores e as professoras e os educadores e todos os companheiros colegas servidores públicos que estão aqui, que estão lá fora, merecem respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rosa, muito obrigado.

Deixe-me chamar o Dinei Ricardo Morganti do Nascimento. Foi embora.

A Lurdes, então. Lurdes Estevam. Lurdes, eu te conheço. Lurdes, um minuto e meio.

Lurdes, estou com saudade de você.

A SRA. LURDES ESTEVAM DE ARAUJO – São dois minutos. Companheiros e companheiras que estão na rua, meu abraço e parabéns pelo nosso movimento, a todos que estão aqui e cumprimento os Vereadores que merecem ser cumprimentados, aqueles que defendem o serviço público, porque eles também defendem a população.

Quero dizer para os Vereadores que não têm coragem nem de estar aqui que cada um de nós que estamos aqui e que estamos na rua vamos sair daqui com uma tarefa: saber quem é que foi o Vereador que defendeu o servidor público, porque vamos trabalhar nos nossos territórios incansavelmente para não deixar que qualquer Vereador que tenha votado contra os servidores volte para esta Casa. (Palmas) Estamos no território, somos grandes, somos fortes.

Só quero terminar dizendo o seguinte, eu não sou da educação, sou da saúde. Quero dizer para esses Vereadores que o Sistema Único de Saúde do Brasil é um dos maiores que tem no mundo. Quem toca esse Sistema Único de Saúde é exatamente os servidores públicos. Fomos nós que salvamos a população da pandemia. Portanto, nós queremos respeito, negociem, negociem, negociem já e nós não queremos 2,6 porque isso não é aumento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Débora Dimitrov e, em seguida, Vereador Alessandro Guedes e depois Vereadora Amanda Paschoal. Este é o último inscrito da galeria.

A SRA. DÉBORA DIMITROV PEDROMO DOMICIANO – Boa tarde a todos. Eu não vou me estender no que já está sendo tratado aqui. Eu quero trazer algumas situações que precisam ser divulgadas e também tratadas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Primeiro, até o pedido para que esvaziasse, carinhosamente, o plenário por conta da... obrigado. Mas aí vocês vão estar acompanhando. Por favor, fique ali para vocês ouvirem os secretários.

A SRA. DÉBORA DIMITROV PEDROMO DOMICIANO – Primeiro, aos Vereadores, quando forem votar alguma situação, que conheçam a realidade do que está acontecendo, visitem as unidades de trabalho, visitem os equipamentos. Mas não mandem o cerimonial com antecedência. Visitem, façam a visita, apareçam nos locais.

E a outra, a inclusão. O que é a inclusão na escola? A inclusão tem que ser feita de forma respeitosa com os alunos, com as famílias e com os profissionais. Tem que ter equidade no atendimento. Nós não temos apenas alunos TEA nas unidades, nós temos alunos das diversas necessidades, que também tem de ter atendimento equânime, para isso precisa ter uma escola de qualidade para ambas as sociedades. A sociedade que atende e a sociedade que é atendida.

Uma outra questão para o servidor público que precisa ser tratada na Câmara, o Hospital do Servidor Público Municipal não está prevendo atendimento na forma que todos necessitam. E o que já foi divulgado também pelo meu colega, o que são as atividades correlatas. Não dá para justificar como atividade correlata, eu enquanto professora ou o colega enquanto auxiliar técnico de educação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Encerrado o tempo, infelizmente.

A SRA. DÉBORA DIMITROV PEDROMO DOMICIANO – Deixe só concluir, por favor, é muito importante, trocar uma sonda em um bebê, fazer uma limpeza de traqueostomia. E, por último, a revogação total da Lei 18.221.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra para o Vereador Alessandro Guedes.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A última inscrita foi a Débora, que acabou de falar. Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Obrigado, Presidente Jair, quero cumprimentar o público que nos acompanha na galeria, todos os trabalhadores que estão aqui usufruindo do seu direito de greve na frente da Câmara Municipal de São Paulo, lutando por um reajuste digno, subo nesta tribuna para dizer a todos, podem existir Vereadores que não respeitam o trabalho que vocês fazem pela cidade, mas existem aqueles que defendem, que brigam, enfrentam e lutam por vocês. Pode existir Vereador que fica falando apenas de longe, através das redes sociais, em pequenos vídeos através de cortes. E existe Vereador que vai até lá, conhece a realidade do que cada um colocou aqui, que vem nesta tribuna lutar e defender uma alteração nesse projeto porque sabe que é absurdo. E é nesse contexto que estamos aqui reivindicando um diálogo por parte do Executivo com os servidores e com a Bancada de Oposição que defende os servidores.

É inadmissível, já estou aqui há alguns anos, eu nunca vi um reajuste vir para cá e não ter abertura de negociação para uma segunda votação. Eu nunca vi. Muito menos em uma cidade onde o caixa é tão alto, tão robusto, o orçamento é tão forte, mais de 124 bilhões de reais. O que falta é vontade política de atender o trabalhador, é isso que falta.

Todos lembram-se daquele dizer: São Paulo para frente cuidando de gente. Não estão cuidando de gente. Não estão cuidando dos trabalhadores que lutam para cuidar de gente. E a prova está aqui, dando as costas, a começar pelo Secretário da Fazenda que deveria estar nessa Mesa dialogando e defendendo a posição dele, que o orçamento não é suficiente para fazer a ampliação do salário das pessoas. A começar por ele, porque é fácil fazer uma fala na abertura, ele ou um auxiliar dele, fechar a câmera, não sabemos onde está agora, e não escutar a reivindicação de todos vocês e de todos nós que viemos à tribuna. Desrespeito com uma pauta tão importante e deveria estar aqui.

E quero agradecer os dois que estão presentes, a Marcela e o Bruno, que se

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 99 DE 102

sentaram, ouviram, estão ali atentamente. Então, com a esperança de que vocês...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Alessandro Guedes, conclua, por favor, é regimental.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Encerrando, Presidente, com a esperança de que vocês sensibilizem o Governo para que a gente consiga alterar, apresentar um substitutivo que de fato dialogue com a necessidade da categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pelo encaminhamento. Vereadora Amanda Paschoal, dois minutos.

A SRA. AMANDA PASCHOAL – Boa tarde, Presidente, Secretários, e principalmente a todos os servidores e servidoras que estão aqui na galeria e que estão nas ruas defendendo o seu direito que é super válido, é digno. E nós precisamos sim abrir uma mesa de negociação, porque esse projeto é uma falta de respeito com o trabalho que vocês exercem dando o sangue e toda a energia de vocês para a construção de uma cidade melhor.

Nós sabemos que esse projeto tem inúmeras problemáticas, e é extremamente necessário que o Governo abra ao menos um canal de diálogo, para que nós consigamos chegar a um mínimo de consenso. Não é possível que nós deixemos também que parte dos Vereadores desta Casa tratem os servidores públicos da maneira que foram tratados na última votação. É inadmissível que falem com o decore e vou dizer a vocês o seguinte, contem com o meu mandato.

E também dizer a todos os Vereadores da Base, que irão votar o projeto logo mais e que votaram na semana passada, o seguinte, podem ser cruéis, podem ser intransigentes, mas nós temos memória. E seguiremos lembrando de cada voto e cada posicionamento que os Vereadores e Vereadoras fizeram nesta tribuna na hora de votar o direito de quem está na linha de frente da saúde e da educação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Amanda Paschoal.

A SRA. AMANDA PASCHOAL - E para finalizar, Presidente, dizer o seguinte, para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 01

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 100 DE 102

além da violência de chamar greve, que é um direito constitucional, de vagabundagem, também é misoginia, pois 97% das servidoras da educação são mulheres. Então, respeito aos servidores que constroem esta cidade e nós seguiremos resistindo, obstruindo e lutando pelos direitos de todos os servidores e servidoras da nossa cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora. Quero dizer a vocês que foi uma satisfação...

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o Líder do Governo, vocês pedem para encerrar e pedem para falar.

O SR. FABIO RIVA – Não, Sr. Presidente, só queria dialogar, se pudesse só ouvir, o representante da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, eu quero ouvir. Eu queria só dizer que têm três encaminhamentos na Casa e eu tenho a condição de falar um minuto como Presidente desta sessão. Nós temos, senhores representantes dos sindicatos, três propostas aqui, e está simples equacionar, que propõe 2,60 em maio, uma do PT – que o PT já declinou -, e temos uma da Vereadora Janaina Paschoal, que propõe a segunda parcela em novembro, e temos uma do Republicanos, que é em dezembro. Se somarmos três partidos e a boa vontade do Governo nós resolvemos, pronto.

Então, o encaminhamento prático que quero ouvir é como pensa o Governo. Tem a palavra o Governo.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Boa tarde, eu sou o Henrique, sou Subsecretário do Tesouro, estou representando a Secretaria da Fazenda, escutamos toda essa discussão até o momento, tentando manter o silêncio para que de fato todos possam falar o seu pensamento.

Agora, tenho a oportunidade de falar, digo por mim, todo o esforço feito pelo Prefeito para viabilizar o reajuste da forma que foi proposto foi feito. Eu acho que é uma acusação

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 101 DE 102

inadequada de que o Prefeito não quer dar o reajuste...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem dois minutos, Henrique, infelizmente.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Então, acho que é uma acusação inadequada e falsa para todos que participaram dessa construção. Acho que a Marcela, se quiser, pode até complementar.

Com relação à questão econômico financeira do projeto, acho que talvez nem todos tenham tido a oportunidade de olhar o processo para avaliar os números que foram apresentados. O impacto desse primeiro reajuste de 2,60 para este ano é de mais de meio bilhão de reais. Obviamente, todo esse recurso teria de ser pago com os recursos livres do Tesouro, ou seja, basicamente os nossos impostos. O orçamento do município, de fato, está bem ajustado a esse percentual, não foi escolhido de outra forma.

Também, no processo tem toda essa instrução. Eu acho que, até para ser objetivo, não faz nenhum sentido apresentar todos os números, mas é algo como uma projeção de 18 bilhões de reais de despesa de pessoal, tem um erro de 0,5%...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não temos mais tempo, Henrique. Muito obrigado, a culpa não é sua...

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Só um comentário mais que eu gostaria de fazer, mas eu acho que é importante, o pessoal falou bastante a respeito do crescimento da receita, de fato o crescimento da receita é robusto...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sei, mas o problema nosso é regimental, nós precisamos abrir a sessão.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Mas é fácil olhar pela metade, sugiro que se pegue todos os números...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, manda por escrito, por gentileza.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Ok. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Declaro definitivamente encerrada a nossa audiência pública, uma questão regimental.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 03

REUNIÃO: 21073 DATA: 29/04/2025 FL: 102 DE 102

Muito obrigado a todos e a todas. Foi uma audiência de muito proveito, de muita qualidade.